

[sumário]

Copyright © Usina do Livro, 2002

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer, sem a autorização prévia da editora.

Coordenação editorial: GUILHERME RODRIGUES NETO
Projeto gráfico e capa: CAMILA MESQUITA
Produção gráfica: LOGARIA BRASIL

FICHA CATALOGráfICA

Sônia Marisa Luchetti CRB/8-4664

E21

Gattaz, André Castanheira

A guerra da Palestina : da criação do Estado de Israel à Nova Intifada / André Castanheira Gattaz. – São Paulo : Usina do Livro, 2002.

240 p. : 23cm.

ISBN 85-88964-02-3

1. Guerra árabe-israelense. 2. Palestina.
3. Oriente Médio. 4. História Contemporânea
- I. Título.

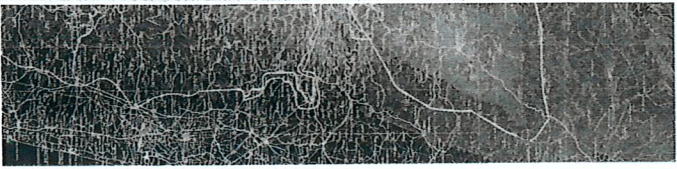
CDD 956-94



USINA DO LIVRO

Rua Groenlândia, 354
01434-000 ■ São Paulo ■ SP
Telefone: (11) 3057-1207
Fax: (11) 3057-0152
www.usinadolivro.com
editora@usinadolivro.com

Prefácio ■	7
Introdução ■	15
1. Basileia, Israel ORIGEM E FUNDAMENTOS DO SIONISMO ■	19
2. Promessas e mentiras A DUPLA FACE DOS INGLESES NOS ANOS 1916-1920 ■	31
3. Mapas e lápis de cor A PARTILHA COLONIALISTA APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ■	47
4. Colonização e reação A PALESTINA SOB MANDATO BRITÂNICO ■	59
5. Sionismo pragmático A CAMPANHA ANTIBRITÂNICA DOS SIONISTAS NA PALESTINA ■	75
6. 'Questão' Palestina O COMBATE DIPLOMÁTICO NAS NAÇÕES UNIDAS ■	85
7. Terra arrasada A CAMPANHA SIONISTA CONTRA A POPULAÇÃO PALESTINA ■	103
8. Nova diáspora A FUNDAÇÃO DE ISRAEL E A CATÁSTROFE PALESTINA ■	119
9. Seis dias A ESCALADA DA VIOLÊNCIA DE 1948 A 1967 ■	135
10. Beirute, Palestina O CRESCIMENTO DA OLP E A INVASÃO DO LÍBANO ■	149
11. Pedras contra tanques A INTIFADA E O 'PROCESSO DE PAZ' DE OSLO ■	167
12. Grito das ruas O FRACASSO DE OSLO E A NOVA INTIFADA ■	191
Posfácio ■	219
Notas ■	223
Referências bibliográficas ■	232



Pedras contra tanques

A INTIFADA E O
'PROCESSO DE PAZ' DE OSLO

A manutenção do regime de ocupação israelense e a ineficiência da OLP em solucionar os graves problemas da população palestina levaram à revolta conhecida como Intifada. Após algumas semanas de manifestações espontâneas e desorganizadas, os grupos políticos e paramilitares surgidos nos territórios ocupados começaram a dar direção aos protestos, duramente reprimidos por Israel. Em consequência da Intifada, a OLP decidiu voltar com mais vigor à cena política, sendo entretanto levada pelo governo norte-americano a participar de negociações bilaterais com Israel, no que veio a ser conhecido como "processo de paz de Oslo" - uma série de acordos que sedimentava o controle israelense sobre os territórios ocupados, criando a ilusão de paz e de um Estado palestino.

A SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1980 MARCOU-SE PELO agravamento do conflito entre Israel e os palestinos residentes nos territórios ocupados. Durante esses anos, Israel apertou o cerco à população palestina, cometendo claras violações dos direitos humanos, além de estimular o crescimento dos assentamentos judaicos na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e em Jerusalém Oriental, aumentando o ressentimento e o receio palestino quanto às verdadeiras intenções do Estado de Israel. Desde então, as violações israelenses às convenções e tratados internacionais têm sido uma constante, sendo relatadas em sucessivos relatórios do *Comité Especial das Nações Unidas para Investigar as Práticas Israelenses Afetando os Direitos Humanos da População dos Territórios Ocupados* e de outras organizações não-governamentais, como a Anistia Internacional e a Cruz Vermelha, além de fontes independentes como jornalistas e outras testemunhas ocidentais.

Segundo as investigações das Nações Unidas, as autoridades israelenses, ao reprimir os palestinos, violam seus direitos inalienáveis, negando-lhes suas liberdades básicas e descumprindo as provisões da Convenção de Genebra, seguindo sistematicamente as políticas de deportação, tortura de detidos, prisões em massa, demolição de casas, espancamento e assassinato de pessoas inocentes - entre elas crianças, mulheres e idosos - e humilhação dos palestinos em sua vida cotidiana através de revistas arbitrárias, bloqueios, toques de recolher, fechamento de escolas e instituições comunitárias, etc. A situação torna-se ainda pior com a crescente violência dos colonos armados contra a população palestina - o que foi apontado em relatório do *Comité Especial das Nações Unidas*, segundo o qual os atos de agressão e violência dos colonos judeus contra a população civil palestina dos territórios ocupados haviam atingido, em 1988, um nível "sem precedentes".¹²¹ No documento, faz-se referência especial ao seqüestro e assassinato de civis palestinos, incluindo crianças, por grupos de colonos e membros de organizações clandestinas judaicas.

A informação coletada pelo Comitê Especial das Nações Unidas reflete, ao final da década de 1980, uma nova fase na evolução da situação na Faixa de Gaza e Cisjordânia, caracterizada por um nível de violência e repressão nunca atingido antes no curso de duas décadas de ocupação. Segundo o relatório citado, a política de Israel "é baseada no princípio que os territórios ocupados por Israel em 1967 constituem parte do Estado de Israel, e que portanto as medidas como o estabelecimento de assentamentos nos territórios ocupados e a transferência de cidadãos judeus para ali não constituem um processo de anexação. Tal atitude representa uma violação flagrante das obrigações internacionais de Israel como um signatário da Quarta Convenção de Genebra Relativa à Proteção dos Civis em Tempos de Guerra, de 12 de agosto de 1949".¹²²

Embora Israel considere os territórios ocupados como parte de seu território, não trata os palestinos ali residentes como seus cidadãos. Estes, eram - e ainda são - negados os direitos políticos e as liberdades civis básicas, tais como liberdade de expressão, de imprensa e de associação. O nacionalismo palestino tornou-se criminalizado como uma ameaça à segurança de Israel, e todos os aspectos da vida palestina passaram a ser controlados e restringidos pela administração militar israelense - que chegou inclusive a proibir a colheita do *zatar*, um elemento básico da cozinha palestina.¹²³ Desde 1967, cerca de 500.000 palestinos foram julgados pelas cortes militares israelenses, e mais de 300.000 foram mantidos presos sem julgamento. A tortura dos prisioneiros é prática comum desde 1971, tendo causado a morte de dezenas de prisioneiros.¹²⁴

Outro aspecto que levou ao agravamento do conflito foi a retomada da construção de assentamentos judaicos nos territórios ocupados a partir de 1984, acompanhada pelo crescimento dos já existentes. Durante os anos 1984-88, onze assentamentos foram criados na Cisjordânia, e outros seis na Faixa de Gaza. Neste pequeno território, densamente povoado, um terço da área (as fronteiras, o porto e a terra agrícola de melhor qualidade) foi considerada "terra do Estado" ou confiscada para a colonização judaica por autoridades mi-

ares israelenses. Quanto à Cisjordânia, a política de Israel claramente era a de aumentar o número de colonos até a proporção de 60% do total da população até o final do século XX, como afirmavam vários representantes oficiais.¹²⁵ Nesse sentido, apresentavam-se diversos planos e propostas com o objetivo de expropriar terras palestinas e estabelecer novos assentamentos para acomodar colonos judeus - recorrendo-se a vários meios, tais como confiscar terras declarando-as "terra do Estado" ou "fechadas" por motivos militares, expropriá-las para "uso público" ou para a "preservação natural", o que no fundo não passam de eufemismos para a apropriação pura e simples de terras alheias através da força das armas.

Além do projeto de apropriação da terra palestina para a construção de assentamentos judaicos, outro importante interesse israelense na ocupação da Cisjordânia são suas reservas de água, uma vez que Israel encontra grandes dificuldades para seu abastecimento interno. Perseguindo este objetivo, toda a infraestrutura hídrica da Cisjordânia e da Faixa de Gaza foi integrada ao sistema israelense, elegando-se às autoridades de Israel o controle total sobre a água disponível para os palestinos. Segundo dados do início dos anos 1980, nos territórios ocupados o nível anual de consumo de água dos palestinos era de 35m³ *per capita* nas cidades e 15m³ nas áreas rurais, enquanto o consumo dos assentamentos judaicos era refinido em 90m³ *per capita*. Com o aumento no número e tamanho dos assentamentos judaicos, destinou-se cada vez menos água aos palestinos - no início dos anos 1990, somente trinta assentamentos israelenses na Cisjordânia consumiam o equivalente a 65% da água consumida por 400 vilas palestinas, que ficavam dias inteiros sem receber água, embora seus habitantes pagassem contas exorbitantes ao contrário daquelas dos colonos sionistas, subsidiadas pela Organização Sionista Mundial).¹²⁶

Além desse desequilíbrio entre o consumo judaico e palestino de água nos territórios ocupados, registra-se ainda a alimentação do sistema israelense com as reservas hídricas da Cisjordânia, que atualmente respondem por um terço da água consumida em Israel,

ainda que à custa do sacrifício da população palestina. Sem a água da palestina, todo o sistema hídrico israelense entraria em colapso.

Não apenas os recursos naturais são visados por Israel na ocupação integral da Palestina. Também seus recursos humanos são almejados, na forma de mercado consumidor para os produtos israelenses e fornecedor de mão-de-obra desqualificada e mal remunerada - o que acaba por ter o efeito pernicioso, do ponto de vista da classe trabalhadora israelense, de deprimir seus salários, embora continue em sendo díspares os salários e benefícios recebidos por israelenses e por palestinos. Para estes, que vêem a atividade econômica local completamente deprimida, resta a opção de trabalhar em Israel, ainda que por salários e condições aviltantes - antes do início dos conflitos de 1987-91, cerca de 30% dos trabalhadores da Cisjordânia e 46% daqueles da Faixa de Gaza trabalhavam em Israel, especialmente nos setores de construção civil e agricultura.

Em Israel, os trabalhadores palestinos, além de receber salários menores do que os israelenses para as mesmas funções, têm menos direitos do que estes com relação a prêmios, pensões, licenças de saúde, férias, etc. Além disso, uma taxa de 20% de seus salários é deduzida, assim como dos trabalhadores israelenses - porém, enquanto os valores arrecadados dos trabalhadores israelenses são transferidos para o Instituto Nacional de Previdência, os impostos cobrados aos trabalhadores palestinos são transferidos diretamente ao Tesouro e, "com efeito, constituem uma 'taxa de ocupação'".¹²⁷ Dados anteriores à Intifada indicam que o governo israelense destinava US\$ 138,00 por ano para a saúde de cada um de seus cidadãos, mas apenas US\$ 15,00 para cada palestino da Margem Ocidental.¹²⁸

Além do aspecto da exploração do trabalho, o desequilíbrio comercial prejudica a economia palestina como um todo, uma vez que o aspecto central da política comercial de Israel em relação aos territórios ocupados é que suas exportações devam ocorrer livremente, enquanto as importações devem ser rigidamente controladas para salvaguardar os interesses da agricultura e da indústria local. Dessa forma, enquanto Cisjordânia e Gaza respondem por apenas cerca

de 3% das importações não militares de Israel, por seu lado são o segundo maior mercado de exportação israelense (o primeiro, se excluídas as exportações de diamantes para os Estados Unidos).¹²⁹

Durante o período em questão, os indivíduos e instituições ativas na sociedade civil palestina formaram uma espécie de proto-Estado, organizando seus membros e provendo uma incipiente rede de serviços sociais. Segundo um observador norte-americano:

“A autoridade nessa estrutura nascente tinha três características principais. Primeiro, desenvolveu-se nos estratos mais baixos da sociedade, refletindo a mudança na estrutura social da sociedade palestina e dificultando as tentativas israelenses de capturar ou eliminar essa autoridade. [...] Segundo, a autoridade era praticada institucionalmente, ao invés de apoiar-se em personalidades individuais. A autoridade e a política institucional distinguiram a nova elite da prática e da autoridade política das antigas famílias de proprietários de terras, que se baseavam nos laços familiares para governar. Terceiro, a autoridade era pluralista, e mesmo democrática, em suas tomadas de decisão.”¹³⁰

Em 1987, entretanto, a situação nos territórios ocupados começou a deteriorar-se rapidamente. Os casos de punição coletiva da população civil palestina tornaram-se mais frequentes, incluindo toques de recolher e o fechamento de cidades, aldeias e campos de refugiados, demolição de casas, perseguição a sindicatos e comitês locais, fechamento de escolas e universidades, etc.

Diante desse quadro de discriminação e repressão, não é de estranhar que a população palestina se levantasse em revolta, o que ocorreu em dezembro de 1987. No dia 8 daquele mês, quatro palestinos foram mortos e outros nove ficaram feridos em um bloqueio militar na Faixa de Gaza, desencadeando uma série de protestos por parte da população palestina naquele território. Na reação, o exército israelense provocou novas mortes entre os palestinos, gerando o que veio a ser conhecido como *Intifada* (do verbo *intafada*, “sacudir-se,

levantar-se”) – o levantamento palestino contra a ocupação israelense, que rapidamente espalhou-se por Gaza, Cisjordânia e Jerusalém.

Sob a liderança do ministro da defesa Yitzhak Rabin, o exército, as forças especiais, a polícia e os colonos israelenses reagiram com o uso de armas de fogo e munição real, provocando centenas de mortes entre os palestinos – somente no primeiro ano de repressão, 450 palestinos foram mortos pelas forças israelenses, mais de 20.000 ficaram feridos e 51 foram deportados dos territórios ocupados; em certos períodos, até 12.000 pessoas foram mantidas presas. Em três anos de revolta, o número de mortos entre os palestinos seria superior a 1.000, incluindo mais de 200 crianças e adolescentes. No mesmo período cerca de 100 israelenses foram mortos pelos palestinos, em ataques às forças de ocupação, emboscadas aos colonos dos territórios ocupados e em atentados terroristas.¹³¹

É importante observar que a Intifada não foi iniciada ou planejada pela liderança da OLP, que à época encontrava-se exilada em Tunis. Ao contrário, foi uma mobilização popular espontânea, que combinou o caráter de um movimento por direitos civis ao de uma luta nacional por independência, e foi conduzida por pessoas sem nenhuma experiência política ou militar – de fato, a maior parte da população palestina, nas cidades, aldeias e campos de refugiados, envolveu-se na resistência, de uma forma ou outra. Segundo relata Ghassan Andoni, líder de uma organização humanitária palestina:

“A Intifada de 1987 a princípio foi altamente descentralizada, composta por iniciativas locais lideradas por ativistas locais. Além dos confrontos com os soldados israelenses, houve uma movimentação gradual em direção à desobediência civil na maior parte das regiões da Cisjordânia e de Gaza: comitês populares desafiavam a Administração Civil israelense; um sistema de escolas clandestino foi estabelecido depois que Israel fechou as escolas [palestinas]; protestos israelenses eram boicotados; pessoas jogavam fora seus cartões de identidade militares; e houve uma rebelião dos impostos [...]. Como a resistência tinha grande participação popular e era variada

na metodologia, conseguiu confundir o exército israelense e teve grande potencial para manter-se."¹³²

Após os primeiros meses de manifestações populares espontâneas e desorganizadas, as organizações políticas e paramilitares que haviam surgido nos territórios ocupados tentaram dar direção aos protestos e manifestações de desobediência civil. Com isso, o centro da iniciativa política palestina deslocou-se para os ativistas dos territórios ocupados, que passaram a exigir da OLP um programa político claro para guiar a luta pela independência. Procurou-se também consolidar as estruturas comunitárias populares, às quais Israel declarou guerra e a todo custo tentou desarticular, prendendo e deportando seus líderes. Além disso, Israel continuava suas ameaças e ataques à OLP - cujos exemplos mais eloquentes foram as violações da integridade territorial da Tunísia para o assassinato de líderes palestinos, como em abril de 1988, quando um comando israelense assassinou o comandante palestino Khalil al-Wazir, conhecido como Abu Jihad.¹³³*

Apesar dessa primeira Intifada caracterizar-se pelas diversas formas de desobediência civil, houve certa violência contra os colonos nos territórios ilegalmente ocupados em 1967, considerados alvos legítimos da resistência palestina; a partir do terceiro ano de enfrentamentos, recrudesceram também os atentados terroristas promovidos por grupos militantes palestinos contra a população civil

* Em abril de 1985, Israel já havia atacado, com aviões de guerra, o quartel da OLP num subúrbio ao sul de Tunis, deixando 55 palestinos e 20 tunisianos mortos e despertando a condenação por parte do Conselho de Segurança da ONU através da resolução 573 (1985). Em 1988, ao assassinar Abu Jihad na Tunísia, mais uma vez Israel foi "vigorosamente condenado" pelo Conselho de Segurança, devido à "agressão perpetrada contra a soberania e integridade territorial da Tunísia, em flagrante violação à Carta das Nações Unidas e às normas internacionais de conduta" - ver resolução 611, aprovada por 14 votos a favor e apenas uma abstenção (Estados Unidos).

de Israel, provocando a desaprovação internacional e o endurecimento da repressão israelense. O grosso dos ataques palestinos, entretanto, dirigiu-se ao exército de ocupação, cujos tanques, carros blindados, postos de controle e barricadas tornaram-se alvo de ataques com coquetéis *molotov*, tiros de armas de fogo e, o que se tornou a imagem símbolo da resistência palestina, pedras.

Nas Nações Unidas, desde o primeiro mês da Intifada, seguiram-se os protestos e críticas a Israel. Em 22 de dezembro de 1987, o Conselho de Segurança adotou, com 14 votos a favor e uma abstenção (Estados Unidos), a Resolução 605, "deplorando fortemente as políticas e práticas de Israel, o poder ocupante, que violam os direitos humanos do povo palestino nos territórios ocupados, e em particular o uso de armas de fogo pelo exército israelense, resultando na morte e ferimento de civis palestinos sem defesa",¹³⁴ e reafirmando a aplicabilidade dos termos da Convenção de Genebra aos territórios ocupados por Israel desde 1967, incluindo Jerusalém Oriental. No mês seguinte, o Conselho de Segurança adotou, desta vez por unanimidade, nova resolução, apelando a Israel que interrompesse a deportação de palestinos dos territórios ocupados. Nos anos que se seguiriam, seriam dezenas as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral condenando as práticas israelenses nos territórios ocupados - que, por força do poder de veto dos Estados Unidos, nunca resultaram em ações ou punições concretas a Israel.

Em função da brutal repressão israelense às lideranças palestinas dos territórios ocupados - incluindo assassinatos e detenções extrajudiciais, tortura, demolição de casas, deportações - e em resposta aos desafios gerados pela própria população dos territórios ocupados, a OLP começou a centralizar a condução da Intifada, o que foi parcialmente conseguido a partir do terceiro ano do levantamento. Além disso, procurou reagir no campo diplomático, e em novembro de 1988, o Conselho Nacional Palestino (liderança política palestina, composta de membros da OLP no exílio e representantes dos territórios ocupados) reuniu-se em Argel, adotando dois documentos de importância histórica: o *Comunicado Político do Conse-*

Ihlo Nacional Palestino e a *Declaração de Independência*, além de definir a criação de um governo provisório.

No *Comunicado Político*, o Conselho Nacional Palestino (CNP) afirmava a determinação de alcançar um amplo acordo político para o conflito árabe-palestino e a questão Palestina no enquadramento da Carta das Nações Unidas, das resoluções das Nações Unidas, das conferências dos governos árabes e dos demais princípios de legitimidade da lei internacional, de forma a assegurar o direito de retorno à população árabe palestina no exílio, seu direito à autodeterminação e a estabelecer seu Estado nacional independente em seu território nacional.

O segundo documento adotado pelo CNP, a *Declaração de Independência*, proclamou o estabelecimento de um Estado palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com sua capital em Jerusalém. O fato foi imediatamente aceito pela comunidade internacional, e em menos de um mês a Palestina independente tinha sido reconhecida por quase oitenta Estados nacionais. Tornava-se consenso internacional que o conflito árabe-israelense só poderia ser resolvido através de um concentrado esforço político-diplomático, tendo como tema central a questão da Palestina.

Esperando que tal esforço se desse durante a 43ª Assembleia Geral da ONU, que trazia em sua pauta o item "Questão Palestina", a OLP designou Yasser Arafat para liderar a delegação palestina e fazer um discurso perante o plenário, na sede da Organização em Nova York. O governo norte-americano, argumentando tratar-se de uma ameaça à segurança nacional, negou visto de entrada a Arafat, causando a reprovação quase unânime dos membros da Organização. Diante da negativa norte-americana, a Assembleia Geral decidiu - com o voto de 154 países a favor, 2 contra e 1 abstenção (respectivamente Estados Unidos, Israel e Honduras) - considerar o item "Questão Palestina" nos escritórios da ONU em Genebra, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 1988.¹³⁵

Durante os três dias de reuniões em Genebra, 96 delegações discutiram na Assembleia, sendo 31 delas representadas por Ministros

de Estado. Em seu discurso, Yasser Arafat reiterou o reconhecimento, por parte do Conselho Nacional Palestino, do *Estado de Israel*, e a rejeição a todas as formas de terrorismo. Além disso, apresentou à Assembleia a proposta de realização de uma Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio, seguindo a sugestão dos presidentes Mikhail Gorbachev (URSS) e François Mitterrand (França) apresentada à Assembleia em setembro e que recebeu o apoio de vários países. O plano de paz foi elogiado por quase todas as delegações, que discursaram em favor da luta do povo árabe palestino por seus direitos inalienáveis, manifestando preocupação pelas contínuas tentativas de Israel de esmagar a Intifada pela força.

Como resultado dos debates, aprovou-se a Resolução 43/176 (por 138 votos a favor, 2 contra e 2 abstenções), conclamando a realização de uma conferência de paz internacional sob os auspícios das Nações Unidas, com a participação de todas as partes envolvidas; e a Resolução 43/177 (104 votos a favor, 2 contra e 36 abstenções), reconhecendo a proclamação do Estado da Palestina pelo CNP e afirmando a necessidade de se garantir ao povo palestino a soberania sobre os territórios ocupados em 1967; pela mesma resolução, a designação "Palestina" passou a ser usada em todas as instâncias da ONU.

Estas resoluções da Assembleia, porém, como tantas outras vezes, não extrapolaram seu efeito retórico - alguns comentaristas notam que o voto contra dado pelos Estados Unidos na Assembleia Geral praticamente equivale ao poder de veto no Conselho de Segurança, portanto as resoluções aprovadas pela Assembleia não levam a ações concretas, a não ser quando são do interesse norte-americano - como as resoluções que obrigavam a desocupação iraquiana do Kuwait, em 1991, que ao serem descumpridas ensejaram a Guerra do Golfo - ou quando tratam de ações humanitárias e de aspectos burocráticos da Organização. Contrário a qualquer iniciativa de paz conduzida no nível das Nações Unidas - o que não interessava a Israel -, o governo Ronald Reagan reafirmou a decisão de engajar-se em conver-

sações bilaterais com a OLP, o que lhe garantiria maior poder de negociação na elaboração de uma *paz hegemônica*.*

Nos territórios ocupados, a repressão israelense tornava-se mais intensa, deteriorando a situação econômica e agravando os problemas humanitários, o que provocou o crescimento dos movimentos islâmicos opostos à *moderação sem resultados* da OLP - como o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) e a Jihad Islâmica, que começaram a promover não apenas ataques contra o exército de ocupação, mas atentados terroristas contra a população civil em Israel, o que passou a conferir legitimidade, aos olhos da opinião pública, à política repressiva sionista. Como notam Beinín e Hajjar:

"Ironicamente, antes da intifada, as autoridades israelenses haviam permitido o desenvolvimento de organizações islâmicas como uma forma de dividir os palestinos nos territórios ocupados. Mas como a popularidade das organizações islâmicas cresceu e desafiou a moderação da OLP, eles acabaram por arrepender-se de sua política de encorajar o islamismo político como uma alternativa ao nacionalismo secular da OLP. De fato, Yitzhak Rabin veio a crer que o Hamas, a Jihad Islâmica e o amplo movimento islâmico do qual eles são parte, são mais ameaçadores a Israel do que a OLP."³⁶

* "Uma paz hegemônica é definida como uma paz entre dois poderes significativamente desiguais, que não obstante têm autonomia para aceitar ou rejeitar os termos do acordo. Não é uma paz entre iguais relativos, nem é uma 'paz' completamente imposta sobre um inimigo totalmente vencido. Ao contrário destes dois últimos tipos de paz, a *paz hegemônica* tende a ser desestabilizadora tanto para o poder hegemônico (nesse caso Israel) como para a parte mais fraca (Palestina). O processo de paz israelo-palestino é claramente hegemônico em sua natureza, re-fletindo acuradamente o desequilíbrio de poder entre Israel e a Palestina." (ROBINSON, p. 112) A *paz hegemônica* tende a ser mais instável do que uma paz baseada em um equilíbrio razoável de poder - como durante os anos da Guerra Fria, em que o conceito de Destruição Mutuamente Assegurada (em inglês, MAD) evitou conflitos diretos entre EUA e URSS - ou na dominação completa, como a ocupação norte-americana do Japão e de partes da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial.

Como resultado do engajamento dos *tunisianos* (a OLP) nas negociações de paz, da repressão às lideranças palestinas locais, e das punições coletivas impostas à população civil palestina pelo Exército de Israel, o ímpeto da Intifada foi decaindo, e no início de 1991 a revolta estava praticamente esgotada (ao menos enquanto movimentos de massas; a violência de parte a parte persistiu com certa intensidade por mais dois anos, razão pela qual alguns autores consideram que a Intifada estendeu-se até 1993).

Apesar de a Intifada não ter levado ao final da ocupação, deixou claro que a situação existente era insustentável. Embora a OLP tenha reconhecido o Estado de Israel, proclamado o Estado independente da Palestina e renunciado ao terrorismo, o governo israelense não respondeu positivamente a esses gestos, afirmando que a OLP era uma organização terrorista, com a qual nunca negociaria. Por sua parte, os Estados Unidos fizeram pouco para encorajar Israel a abandonar sua postura intransigente e rejeicionista, insistindo em conversações bilaterais, em que o lado mais fraco era francamente prejudicado. Noam Chomsky notou ironicamente que "há um termo convencional para o sucesso de Washington em bloquear, em isolamento internacional, qualquer solução diplomática: é 'processo de paz', uma escolha de terminologia que não teria surpreendido a George Orwell".³⁷

O fracasso de Israel e dos Estados Unidos em responder positivamente à *moderação da OLP* resultou na oposição palestina ao ataque norte-americano ao Iraque, na Guerra do Golfo, em 1991. Apesar de a liderança palestina não endossar a anexação do Kuwait pelo Iraque, considerou o desafio de Saddam Hussein como uma forma de se alterar o status regional e novamente trazer à discussão internacional a *Questão Palestina*, o que veio a se mostrar um grave erro político. Quanto à população civil palestina, que apoiou Saddam Hussein pelo fato de este desafiar, ao mesmo tempo, os Estados Unidos e Israel, também teve sua imagem deteriorada em todo o mundo, após tantos anos ganhando simpatia como vítima do expansionismo israelense.

Terminada a Guerra do Golfo, a OLP estava diplomaticamente isolada e em grave crise financeira, devido à cessação do apoio financeiro do Kuwait e da Arábia Saudita. Os Estados Unidos tentaram aproveitar o momento para resolver o conflito árabe-israelense e estabilizar sua posição no Oriente Médio. Sentindo-se de certa forma comprometido com seus aliados árabes da guerra contra o Iraque - sobretudo Arábia Saudita e Kuwait, que igualmente desejavam o fim da instabilidade regional -, o governo Bush pressionou o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Shamir, a participar de uma conferência internacional de paz, que se realizou em Madri, em outubro de 1991. As condições impostas por Shamir, aceitas pelos Estados Unidos, foram de que a OLP fosse excluída das negociações e que a independência e a soberania nacional palestinas não fossem discutidas, o que levou a conferência a fracassar.

Mantendo sua atitude hegemônica, os Estados Unidos novamente procuraram promover a paz ao seu estilo, convocando para Washington negociações bilaterais entre o governo israelense e uma delegação palestina dos territórios ocupados, as quais tampouco levaram a avanços concretos. O primeiro-ministro Shamir, após deixar o cargo, declarou que sua estratégia era levar estas negociações de Washington por dez anos, período após o qual a anexação da Cisjordânia já seria um fato consumado. Com a posse do primeiro-ministro Yitzhak Rabin em junho de 1992, o padrão das conversações não mudou, e no final do ano a iniciativa norte-americana já estava praticamente fracassada.

Com o impasse nas conversações de Washington e o medo do crescimento dos movimentos islâmicos radicais, e visando formalizar o regime de ocupação em um tratado que fosse benéfico a Israel, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin decidiu negociar com a OLP, embora em conversações secretas, ocorridas em Oslo (Noruega). As negociações levaram à assinatura da Declaração de Princípios entre Israel e a OLP em setembro de 1993, numa fanfarreada cerimônia nos gramados da Casa-Branca, em Washington, que rendeu a seus signatários, Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e o ministro do exterior israelense,

Shimon Peres, o Prêmio Nobel da Paz de 1994. A declaração de princípios seria complementada nos anos seguintes por novos acordos (Cairo, 1994; Taba, ou 'Oslo II', 1995; Wye River, 1998; Sharm el Sheik, 1999), constituindo o que se convencionou chamar o "processo de paz de Oslo", cujos resultados refletiram fielmente a desproporção entre os dois antagonistas em termos de territórios controlados, armamentos, apoio político e financiamento à disposição. Como nota o pesquisador norte-americano Glenn Robinson, "apesar da noção de 'paz justa' ser prezada por tantos, os tratados de paz invariavelmente refletem o poder, e não a justiça. As negociações e acordos entre Israel e Palestina desde 1993 não foram diferentes".¹³⁸

A Declaração de Princípios baseava-se no reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP. Estabeleceu que Israel se retiraria da Faixa de Gaza e de Jericó, com retiradas adicionais de áreas não especificadas da Cisjordânia durante um período de cinco anos. Durante esse período, a OLP formaria a Autoridade Palestina (AP), responsável pelo autogoverno nas áreas das quais o exército israelense se retirasse. Questões fundamentais, tais como a extensão dos territórios a serem 'cedidos' por Israel, a natureza da entidade palestina que seria estabelecida, o futuro dos assentamentos israelenses, os direitos sobre a água, e a solução do problema dos refugiados e do status de Jerusalém foram deixadas de lado, devendo ser discutidas em 'negociações finais' que seriam completadas até maio de 1999. Era parte fundamental do processo de Oslo que as 'concessões' de Israel fossem condicionadas a inúmeras exigências, fazendo com que os Palestinos não pudessem desfrutar de nada semelhante à tão desejada autodeterminação, ao mesmo tempo em que se protelava a efetiva retirada israelense dos territórios ocupados.

A Declaração prescrevia ainda que o acordo definitivo deveria basear-se apenas na Resolução 242 da ONU, abandonando-se a idéia defendida internacionalmente de que um acordo diplomático deveria contemplar a Resolução 242 e as demais resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU, bloqueadas pelos Estados Unidos, que afirmavam os direitos nacionais dos Palestinos.

Segundo Noam Chomsky:

"A Declaração de Princípios (DP) mantém explicitamente o rejeicionismo unilateral de Washington [e] incorpora a versão norte-americana do processo de paz em todos os seus aspectos essenciais. Ninguem pode realmente acusar Israel de violar os acordos de Oslo, exceto em detalhes. Sem violar a DP (ou os acordos cuidadosamente construídos posteriormente), Israel continuou a colonizar e a integrar os territórios ocupados com o apoio e assistência dos EUA. As intenções não foram escondidas. Foram anunciadas abertamente por Rabin e Peres, e implementadas por eles e seus sucessores."¹³⁹

A cobertura incorreta dada pela imprensa evitou que se conhecesse a base geográfica das negociações entre Israel e uma equipe palestina "desorganizada, pré-moderna e tragicamente incompetente".¹⁴⁰ liderada por Arafat. É o mapa geográfico do processo de paz que mostra mais dramaticamente as distorções que ali foram criadas - e sistematicamente excluídas das referências sobre as negociações na mídia ocidental (com raras exceções). A estratégia israelense foi subdividir um já dividido território palestino em inúmeros setores, conforme o menor ou maior controle militar israelense. Nas áreas 'A' os palestinos teriam autonomia, isto é, controlariam as administrações civil e militar. Nas áreas 'B', eufemisticamente chamadas 'áreas de soberania palestina', os palestinos controlariam a administração civil, porém teriam que se submeter ao comando militar israelense. Nas áreas 'C', o controle civil e militar pertenceria a Israel.

Uma olhada no mapa resultante dos acordos de 1993-99 [ver Mapa 6, à página 186] revela não apenas que as várias partes de área 'A' estão separadas umas das outras, mas que estão cercadas por áreas 'B' e por áreas 'C'. Isto é: instituiu-se o regime da clausura e dos *ban-tustans* (assim chamados por analogia com as regiões criadas pelo governo do *apartheid* na África do Sul: mini-Estados tribais nominalmente independentes destinados à alocação dos diversos grupos étnicos da região).

Para a elaboração dessa nova *ordem de Oslo*, colaborou a enfraquecida Autoridade Palestina, que assinou todos os acordos entre 1993 e 1999. Como denunciou Edward Said, um dos poucos intelectuais ocidentais a levantar sistematicamente a voz contra o processo de paz à maneira como foi realizado, a equipe palestina sequer tinha mapas próprios em Oslo, nem tinha indivíduos com familiaridade bastante na geografia dos territórios ocupados para contestar as decisões israelenses. Said nota ainda que, em decorrência dos acordos realizados, altos membros da autoridade palestina garantiam privilégios 'VIP' e passaram a lucrar com monopólios em material de construção, tabaco, gasolina etc., fazendo com que a população palestina, além do poder discriminatório de Israel, tivesse que lutar também contra alguns de seus próprios líderes - o que veio a reforçar a importância dos grupos militantes islâmicos e marxistas, que desde o início colocaram-se contra as negociações de paz ao estílo de Washington e a autoridade à moda antiga exercida pela AP.

Através dos acordos firmados entre 1993 e 2000, Israel foi lenta e progressivamente oferecendo 'concessões', isto é, prometendo a transição de maior parte do território das áreas 'C' para as áreas 'B', e destas para as áreas 'A'. No início das negociações (Tratado do Cairo, 1994), as áreas 'A' equivaliam a 1,1% da Cisjordânia e a 65% da Faixa de Gaza (neste caso, por tratar-se de terra árida e superpovoada; em Gaza, Israel escolheu manter apenas as terras de melhor qualidade agrícola e diversos assentamentos, além das fronteiras, do porto, das entradas e saídas). Durante os anos que se seguiram, entretanto, houve freqüentes atrasos e retrocessos, devido à relutância de Israel em devolver os territórios ocupados e fazer as concessões necessárias para alcançar um acordo definitivo, e às explosões periódicas de violência dos palestinos que se opunham ao processo de paz ditado por Washington e Israel (especialmente os grupos Jihad Islâmica e Hamas).

Durante o retorno do Likud ao poder no período 1996-99, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu bloqueou as negociações com os palestinos, às quais se opunha frontalmente. Com a coalizão tra-

balhista voltando ao governo em 1999, o primeiro-ministro Ehud Barak concentrou-se inicialmente em obter a paz com a Síria, mas diante do fracasso em convencer os sírios a assinar um acordo de paz sem a devolução das Colinas de Golã (tomadas por Israel em 1967), Barak voltou sua atenção aos palestinos. Para isso colaborou também a pressão exercida pelo presidente norte-americano Bill Clinton, que, vendo aproximar-se o final de seu mandato, procurou a todo custo promover um processo de paz que o faria entrar na História pela porta da frente.

Segundo o último acordo que chegou a ser firmado entre as partes (ainda provisório), o de Sharm el-Sheik, em 1999, o total dos territórios ocupados que passaria ao controle civil e militar dos palestinos seria de 17,2% (ou seja: 3,78% da Palestina histórica), enquanto 23,8% do território seria mantido sob controle militar israelense, e 59,0% sob controle civil e militar de Israel, permitindo ao poder ocupante “construir mais assentamentos, abrir mais estradas e estabelecer mais áreas militares, as quais [...] foram projetadas para criar uma matriz de controle do qual os palestinos nunca se veriam livres”.¹⁴¹ Além disso, há diversos anos Israel vem judaizando Jerusalém Oriental de maneira irreversível, através da demolição de milhares de casas de palestinos para a construção de praças, conjuntos habitacionais, ruas, estradas e postos de controle.¹⁴²

Segundo uma jornalista do *Ha'aretz*, o controle militar israelense de quase 80% dos territórios ocupados permitiu a Israel “duplicar o número de colonos em dez anos, aumentar os assentamentos, continuar sua política de racionar a água para três milhões de palestinos, impedir o desenvolvimento palestino na maior parte da área da Cisjordânia, e encerrar uma nação inteira em áreas restritas, aprisionada em uma rede de estradas de passagem destinadas apenas a judeus. Durante os dias de restrição interna de movimento na Cisjordânia, pode-se perceber como as estradas foram cuidadosamente construídas: assim, 200.000 judeus têm liberdade de movimento e cerca de três milhões de palestinos ficam encerrados em seus *ban-tustans*, até que se submetam às exigências israelenses”.¹⁴³

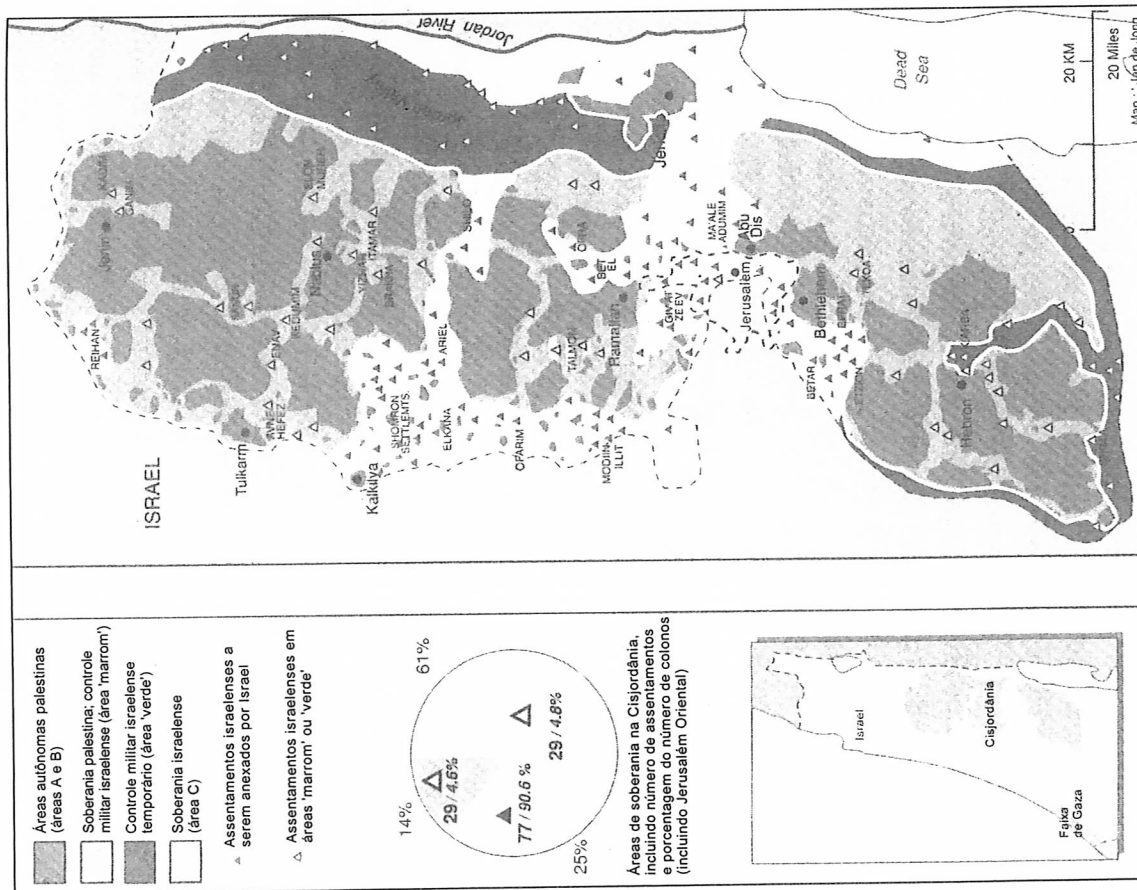
Em julho de 2000, entrando no último semestre de seu mandato, o presidente Clinton convocou ambas as partes para discussões em Camp-David, cujas determinações deveriam ser ‘definitivas’. De acordo com o mapa apresentado por Israel [MAPA 6, adiante], entretanto, somente 14% da Cisjordânia seria transferido à administração direta palestina; 61% ficaria sob controle militar israelense, e 25% sob controle militar e civil israelense – este projeto foi denunciado inclusive por jornalistas israelenses, que notaram que a ‘oferta’ de Israel equivalia a apenas 3% da Palestina histórica, o que de forma alguma iria satisfazer a população árabe palestina.

Após quinze dias de tensas negociações, das quais participou intensamente o mediador norte-americano Bill Clinton, a distância entre as duas partes mostrou-se insuperável. Apesar de Barak ter oferecido uma retirada da Cisjordânia maior do que qualquer outro líder israelense havia oferecido, isto ainda estava muito longe da retirada integral das áreas tomadas em 1967. Além disso, Barak insistia em manter a soberania israelense sobre Jerusalém Oriental, o que era inadmissível para os palestinos e grande parte do mundo islâmico. Yasser Arafat finalmente acordou para a enormidade do que estava por ceder, e sentindo que seria derrubado por seu próprio povo se voltasse para casa sem o controle de Jerusalém e de um Estado real na Palestina, recusou-se a assinar o acordo – o que foi rapidamente apontado pela mídia internacional e pelos governos norte-americano e israelense como sinal da ‘intransigência palestina’. O fracasso, entretanto, era inerente ao processo de Oslo, que não foi nem um instrumento de descolonização, nem de um mecanismo para aplicar a legitimidade internacional ao conflito, porém um projeto que visava mudar a base do controle israelense sobre os territórios ocupados com o objetivo de perpetuá-lo.

O resultado das fracassadas negociações de Camp David teve pesos distintos para os dois antagonistas. Retornando à Palestina, Arafat viu novamente sua popularidade crescer, por ter resistido à pressão israelense e norte-americana – fato que o líder palestino não soube aproveitar, logo perdendo novamente a iniciativa política para

Mapa 6 ■

Proposta israelense para o Estado Palestino apresentada em Camp David (2000)



Fonte: SAID, *Palestinians under siege*, p. 36.

os grupos nacionalistas de resistência. Barak, por seu lado, enfrentou uma grave crise política em seu governo, com o abandono de partidos que consideravam que ele havia oferecido muito aos palestinos, e logo veria o partido Likud novamente retornar ao poder.

Paralelamente aos desenvolvimentos no nível diplomático e a implantação gradativa da chamada *ordem de Oslo*, a situação nos territórios ocupados tornava-se cada vez mais dura para a população civil palestina, caracterizando-se pelo regime de clausura implantado por Israel e pela deterioração da situação socioeconômica e dos direitos civis e humanos, ao passo que continuava a se desenvolver a estrutura ilegal de assentamentos, postos de controle e estradas israelenses nos territórios ocupados. Durante o período, as perdas econômicas para os palestinos foram devastadoras. A taxa média de desemprego passou de 3% a 28% entre 1992 e 1996, enquanto o PIB caiu 18,4% no mesmo período (representando uma queda de 37% *per capita*). As razões para isso são várias e inter-relacionadas, mas apóiam-se num fator fundamental: a política de clausura israelense, que restringe ou impede o movimento de homens e bens entre os cantões palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, entre estas e Israel, e entre os territórios palestinos e o mercado externo.

A clausura foi imposta pela primeira vez em março de 1993, antes da assinatura da Declaração de Princípios entre Israel e OLP, e desde então nunca foi suspensa. Sua justificativa encontrava-se nos atentados que vinham ocorrendo contra cidadãos de Israel – embora o próprio setor de segurança do governo israelense tenha alertado para o fato de que a clausura é de valor limitado contra ataques extremistas. Durante os anos de Oslo, entretanto, a clausura foi usada para dividir, isolar e punir as comunidades palestinas, o que seria exacerbado após o início da Nova Intifada.

A clausura pode assumir três formas: geral, total e interna. A clausura geral refere-se às restrições impostas ao movimento de trabalho, bens e fatores de produção entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. É normalmente marcada por um sistema de passes diferenciados para controlar o movimento de trabalhadores, comerciantes,

estudantes, médicos e pacientes, etc., e pela dificuldade de se atravessarem as fronteiras devido às demoradas e humilhantes revistas realizadas pelos soldados israelenses. A clausura total, tipicamente imposta após atentados terroristas em Israel, inibe todo e qualquer movimento entre os cantões em que foram divididos os territórios ocupados, e entre estes e Israel, impedindo-se mesmo a entrada em Israel de trabalhadores com permissão para trabalho. A clausura interna, enfim, refere-se às restrições ao movimento entre localidades dentro da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, e foi tornada possível pela cantonização criada através de barreiras, muros e cercas, estradas exclusivas para israelenses ou palestinos e inúmeros postos de controle.

Devido à política de clausura, diversos problemas foram somados a uma economia que já se encontrava fraca e estruturalmente distorcida: “desemprego alto e flutuante; desemprego permanente para um setor crescente da força de trabalho; declínio na mobilidade do trabalho; diminuição do comércio; enfraquecimento dos setores industrial e agrícola; declínio na produção doméstica; reduzido investimento em comércio exterior; baixos níveis de desenvolvimento infraestrutural; níveis crescentes de pobreza e trabalho infantil; necessidade crescente de assistência social e apoio humanitário”.¹⁴⁴

Dessa forma, embora a área absoluta sob controle palestino parcial ou total tenha aumentado durante o processo de Oslo, esta se constitui de regiões não contíguas, enclaves isolados separados por áreas sob o controle total de Israel. Segundo um relatório da Anistia Internacional, em dezembro de 1999 existiam 227 enclaves separados na Cisjordânia sob controle parcial ou total da AP (aproximadamente 88% dessas áreas têm menos de 2 km²), fazendo com que todos os palestinos na Cisjordânia vivessem a menos de seis quilômetros de áreas sob controle israelense.¹⁴⁵

Os controles das fronteiras externas (Líbano, Jordânia, Egito e o Mar Mediterrâneo), além disso, permanece com Israel, fazendo com que as únicas fronteiras palestinas sejam com Israel. E embora os acordos de Oslo tenham definido alguns poderes para os palestinos,

a autoridade sobre os aspectos mais críticos da economia palestina é mantida por Israel. Assim, recursos essenciais como terra, água, trabalho e capital permanecem sujeitos à jurisdição israelense na totalidade dos territórios ocupados, enquanto nas áreas de soberania israelense, Israel também tem autoridade legal sobre zoneamento, construção, registro de terra e outros recursos. Destaca-se ainda que as áreas ‘A’, colocadas sob administração palestina, constituem a terra menos produtiva, enquanto a terra de melhor qualidade agrícola encontra-se nas áreas ‘C’.

Grito das ruas

O FRACASSO DE OSLO E A NOVA INTIFADA

O fracasso do processo de Oslo, a desilusão com a política da Autoridade Palestina, a deterioração das condições socioeconômicas da população palestina, sujeita ao regime de clausura imposto por Israel, e as constantes violações de direitos humanos e civis do poder ocupante levaram a população dos territórios ocupados mais uma vez a levantar-se em revolta - desta vez com uma intensidade bem maior do que nos anos 1987-91. A reação do exército israelense, excessivamente violenta, provocou centenas de mortes entre os palestinos, alimentando a fúria de grupos como o Hamas e a Jihad Islâmica, que passaram a realizar atentados terroristas contra a população civil de Israel. Este último capítulo da Guerra da Palestina provocou quase 2.500 mortes em dois anos e continua tirando vidas de palestinos e israelenses.



DURANTE O PERÍODO DO PROCESSO DE OSLO, OS DIVERSOS GOVERNOS israelenses - tanto os trabalhistas como os do Likud - continuaram a construir novos assentamentos nos territórios ocupados, a expandir os assentamentos existentes e a construir uma rede de estradas que permitisse aos colonos viajar de seus assentamentos a Israel sem ter que passar por áreas habitadas por palestinos, impedindo a normalização da economia e da vida palestina. Entre setembro de 1993 e setembro de 2000, a população total de colonos cresceu de 110.000 para 195.000 (excluindo-se Jerusalém Oriental, com mais 180.000 israelenses). A taxa média anual de implantação de colonos em assentamentos ilegais na Cisjordânia e Gaza, que se manteve em torno de 4.200 entre 1967 e 1993, passou a mais de 12.000 novos colonos/ano entre 1994 e 2000.¹⁴⁶

As estatísticas também mostram que Ehud Barak, enquanto por um lado mostrava-se um transigente estadista em busca de uma solução negociada, por outro lado ignorou as resoluções da ONU que exigiam o congelamento na construção de novos assentamentos, e acabou por mostrar-se ainda mais ávido do que seu predecessor, Benjamin Netanyahu, autorizando a retomada das construções que haviam sido proibidas após o acordo de Wye River e aumentando em cerca de 65% o número de novos empreendimentos em relação ao governo anterior.*

* A diferença entre os trabalhistas e o Likud fica clara numa declaração do ex-ministro trabalhista Yossi Belin, feita durante o governo Benjamin Netanyahu (Likud), que sucedeu a Yitzhak Rabin (trabalhista). Segundo Belin, após Oslo, o governo Rabin aumentou os assentamentos em 50% na "Judéia e Samaria" (a Cisjordânia), mas "nós (os trabalhistas) fizemos isso quietos e com sabedoria", enquanto Netanyahu "tolamente proclama as suas intenções todas as manhãs, atemoriza os palestinos e transforma o tópico de Jerusalém como a capital unificada de Israel - um assunto sobre o qual todos os israelenses concordam - em matéria de debate internacional" (*apud* CHOMSKY, Introduction, p. 16). Segundo Chomsky, "os trabalhistas, partido de profissionais educados e elites ocidentizadas, atêm-se mais às normas ocidentais e entende que os patrocinadores preferem 'não ver' o que eles estão realmente fazendo. Os métodos cruéis do Likud para se obter basicamente os mesmos resultados são um embaraço para os humanistas ocidentais, e algumas vezes levou a conflitos e mal-entendidos" (*Ibid.*).

Além disso, em meados de 2000, mais de 160 quilômetros de estradas estavam em construção, visando não apenas conectar os assentamentos e postos de controle a Israel, porém também perpetuar o encerramento de várias dezenas de enclaves palestinos. Devido à segmentação da terra palestina, tornou-se impossível dirigir mais do que alguns poucos quilômetros sem ter que atravessar território controlado por Israel, e submeter-se ao "mundo único dos postos de controle manejados por soldados dedicados à brutalização e humilhação sistemática de tudo o que for árabe"¹⁴⁷.

Agravando os problemas ocasionados pelo controle militar israelense das fronteiras internas e externas, e pela construção de assentamentos judaicos em meio a território árabe palestino, destaca-se ainda a ineficiência da Autoridade Palestina, durante os anos de 1993-2000, em estabelecer um ambiente regulador e institucional que atraísse investimentos estrangeiros que pudessem injetar recursos na economia palestina. Apesar de alguns avanços no estabelecimento de um sistema bancário competitivo e um sistema de impostos funcional, várias das políticas instituídas pelo governo palestino mostraram-se incompatíveis com a reforma econômica e o estabelecimento de instituições modernas, e caracterizam-se pela falta de transparência, manutenção dos monopólios, mau gerenciamento do setor público e corrupção no aparelho burocrático.

Diante da grave crise social e econômica que enfrentavam, com a falta dos itens mais básicos para a sobrevivência (tais como água, alimentos, remédios); diante da falta de liberdades civis e de um regime político (e um Estado nacional) que representasse seus interesses; diante da sistemática humilhação imposta pelo poder de ocupação em seu cotidiano; diante do fracasso do "processo de paz" de Oslo; diante, enfim, da falta de perspectivas de melhoria dessa situação devido à posição expansionista e belicista de Israel, não é de se espantar que, mais uma vez, a população palestina se levantasse em revolta - desta vez com uma intensidade jamais vista.

O estopim da crise deu-se em 28 de setembro de 2000, quando o líder do Likud, o ex-ministro Ariel Sharon, decidiu realizar uma visita

preliminar
de Oslo

à Esplanada das Mesquitas - complexo religioso localizado na cidade velha, no setor árabe de Jerusalém, conhecido pelos muçulmanos como *Haram el-Sharif* ("Nobre Santuário") e pelos judeus como "Monte do Templo", onde se encontram a mesquita de Al-Aqsa, o Domo da Rocha e o Muro das Lamentações (este um santuário judaico). Embora Sharon tenha afirmado que desejava apenas verificar a liberdade de culto existente no complexo multi-religioso, sua visita foi acompanhada por uma centena de soldados e policiais israelenses, que impediram o acesso dos palestinos à mesquita de Al-Aqsa várias horas antes e depois da entrada de Sharon.

No dia seguinte, uma sexta-feira - dia sagrado para os muçulmanos - ocorreram diversas manifestações de repúdio à atitude de Sharon, um conhecido defensor da anexação israelense de toda a Jerusalém árabe, incluindo a Esplanada das Mesquitas. Na repressão ao protesto ocorrido em frente à Mesquita de Al-Aqsa, os soldados israelenses mataram seis palestinos, deixando mais de cem feridos e dando início a um dos mais violentos períodos no longo conflito entre israelenses e palestinos, que veio a ser conhecido como Intifada de Al-Aqsa, ou Nova Intifada, e que perdura enquanto escrevo estas linhas.

No sábado, os protestos espalharam-se de Jerusalém para toda a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, sendo reprimidos com o uso desproporcional de força pelo exército israelense, o que deixou mais doze palestinos mortos. Também nesse dia foi morto um soldado israelense em uma emboscada em Gaza, aumentando o clamor militarista em Israel. No quarto dia foi morto o primeiro civil israelense, elevando o número de mortos nos conflitos para 43 - sendo 4 israelenses e 39 palestinos.¹⁴⁸

Um exemplo da reação desproporcional de Israel à "ameaça" palestina ficou bem claro no dia 30 de setembro, quando uma imagem simbólica varreu o mundo: a cena do menino Muhammed Al-Durah, protegido por seu pai junto a uma parede e uma barreira de concreto, sendo alvejado e morto por balas de metralhadora israelense (seu pai recebeu oito tiros, porém sobreviveu; o motorista da ambulância

cia que os socorria foi alvejado com uma bala no peito, morrendo imediatamente). A imagem, gravada por uma equipe de TV francesa, despertou indignação em todo o mundo - especialmente nos países árabes, onde ocorreram manifestações de apoio aos palestinos nas principais capitais, e na própria Palestina, onde a cena foi exaustivamente repetida na TV, alimentando a fúria dos protestos palestinos.* Em outra cena chocante, no dia 12 de outubro as televisões de todo o mundo exibiram as imagens de dois soldados israelenses sendo linchados por uma multidão em Ramallah, justificando a intensificação da resposta militar israelense. Ao cabo do primeiro mês de conflitos, havia 11 israelenses e 141 palestinos mortos, além de 6.000 palestinos feridos.

Assim como na primeira Intifada, os primeiros dias foram marcados por manifestações não-violentas por parte dos palestinos, muitas vezes nos enterros das vítimas dos confrontos anteriores, que em geral terminavam em novos confrontos com policiais ou soldados israelenses e novas mortes e mais feridos entre os palestinos. Logo os focos de conflito tornaram-se as zonas de fronteira entre os enclaves palestinos e áreas controladas por Israel, e os postos de controle e veículos blindados israelenses passaram a ser o alvo das pedras e coquetéis *molotov* lançados pelos jovens em revolta. Nessa primeira fase da Intifada, houve o uso esporádico de armas de fogo por parte dos palestinos, porém o fato de os israelenses localizarem-se em *bunkers* e deslocarem-se em carros blindados tornava-as pra-

* Apesar de a Nova Intifada ter provocado demonstrações populares de apoio em diversos países árabes, nenhuma atitude diplomática foi tomada por seus governos, completamente submissos à política norte-americana (a exceção foi o presidente egípcio, Hosni Mubarak, que após seis semanas de conflitos retirou seu embaixador de Tel-Aviv, porém mesmo Mubarak depende dos dois bilhões de dólares que o Egito recebe anualmente de ajuda norte-americana e não desejou ir mais longe). Segundo Robert Fisk, "os árabes perceberam há muito tempo que a ação tomada por seus governos é inversamente proporcional a suas palavras". ("United" Arab world condemns the violence but does nothing". *The Independent*, 5/10/2000).

ticamente inefetivas, como narra o correspondente britânico Phil Reeves, do jornal *The Independent*:

“O General Moshe Yaalon, segundo homem na hierarquia israelense, disse que as forças de defesa de Israel estão ‘usando munição real apenas quando são alvo de tiros que lhes ameacem a vida’. Isso não é verdade. [...] O exército israelense tem um posto na Junção Netzarim, mas é altamente fortificado e parece mais um *bunker* do que uma base.

O lugar está sob ataque intenso por quase uma semana, não apenas de jovens palestinos atirando pedras, coquetéis *molotov* e bombas caseiras, mas de policiais e milicianos palestinos atirando com suas armas automáticas, muitas vezes irrefletidamente. Mas, para ameaçar as vidas daqueles soldados, requerem-se armas pesadas. O tipo de armas que, de fato, Israel está usando, sem nenhuma consideração com o risco às crianças que são atraídas ao local.”^{149*}

Ainda na primeira semana de conflitos, o presidente francês, Jaques Chirac, patrocinou um encontro entre Yasser Arafat, Ehud Barake e a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, numa tentativa, não mais de retomar o processo de paz, mas de en-

contrar uma fórmula para a cessação da luta que já havia causado dezenas de mortos. As conversações, entretanto, emperraram na negativa israelense em aceitar uma investigação internacional sobre os abusos cometidos pelo exército de ocupação. Convidado a continuar as negociações com Arafat e Albright no Cairo, o primeiro-ministro Barak sequer participou do encontro, acusando o líder palestino de não fazer nada para deter a violência - ao mesmo tempo em que minava a estrutura da Autoridade Palestina com ataques às suas instalações e retendo o repasse de verbas internacionais ou devidas pelo governo de Israel.

Alem disso, há de se notar que boa parte da população dos territórios ocupados, após sete anos de um processo de paz que só levou ao reforço e à legalização da ocupação israelense sob o disfarce de um Estado palestino, havia perdido o respeito pela Autoridade Palestina e por Yasser Arafat, cuja ascendência passou a limitar-se aos militantes da Fatah - e mesmo assim parcialmente, pois muitos destes sequer obedeciam às suas ordens, engajando-se nos confrontos contra as tropas de ocupação. Grande parte da ira popular, assim, dirigia-se a Arafat e à corrupção e inépcia dos oficiais que o cercavam - os antigos *tunizianos*, agora conhecidos nas ruas de Gaza como a *classe de Oslo*.

A perda do poder de Arafat e da AP, somada à deterioração da situação socioeconômica nos territórios ocupados e ao fracasso do processo de paz, levaram ao aumento da influência dos grupos de resistência islâmicos e marxistas, muitos dos quais rejeicionistas (isto é, negando a Israel o direito à existência). Isto levou alguns analistas a prever o que veio realmente a se concretizar meses depois: a volta do terrorismo palestino contra civis israelenses - como notou o correspondente Rupert Cornwell, do jornal *The Independent*, em 4 de outubro de 2000:

“Mais detestavelmente, talvez, o espectro do terrorismo está aproximando-se silenciosamente da região. No Cairo, o presidente Mu-barak alertou que a disputa sobre o status de Jerusalém - causa dos

* O uso de armas de fogo por parte dos palestinos de certa forma ‘autorizou’ a imprensa ocidental a tratar os confrontos como ‘fogo cruzado’. O correspondente britânico Robert Fisk refere-se com ironia a esta expressão, utilizada pela imprensa para justificar as mortes dos palestinos, e que não reflete o desequilíbrio entre o armamento destes e o do exército israelense: “Quando eu leio a expressão ‘fogo cruzado’, procuro minha caneta. No Oriente Médio, quase sempre isso significa que os israelenses mataram uma pessoa inocente. Quando os israelenses bombardearam o edifício das Nações Unidas em Qana, no sul do Líbano em 1996, a revista *Time* publicou a foto de um bebê morto com a legenda informando que foi morto no ‘fogo cruzado’. Isso não era verdade. O bebê havia sido morto no bombardeio israelense, junto com outros 105 civis. [...] Então, quando o menino de 12 anos Muhammed al-Durah foi morto em Gaza no sábado, e eu li no serviço da *Associated Press* que a criança foi ‘atingida no fogo cruzado’, eu já sabia quem o havia matado”. (Fisk, Robert. “Where ‘caught in the crossfire’ can leave no room for doubt”. *The Independent*, 2/10/2000).

últimos tumultos e maior obstáculo para um acordo final - 'poderia trazer o terrorismo de volta a todo o mundo'. No Lsbano, Munir Makdah, líder de uma facção palestina radical, jurou atingir alvos israelenses 'onde nossas mãos possam alcançar'.¹⁵⁰

De fato, no dia 3 de novembro, pouco mais de um mês após o início da Nova Intifada, ocorreu o primeiro atentado contra civis israelenses, executado pela Jihad Islâmica, grupo nacionalista islâmico comprometido não apenas com a guerrilha contra o exército de ocupação, mas com a destruição do próprio Estado de Israel. O atentado, realizado em Jerusalém por meio de um carro-bomba, deixou dois israelenses mortos e onze feridos, e despertou imediatamente críticas internacionais a Arafat, por não conseguir pôr fim ao terrorismo. O próprio Arafat condenou o ataque, pois via seu projeto de uma paz negociada com Israel ruir devido à Intifada e ao reinício dos atentados terroristas (que certamente ensejariam uma resposta mais agressiva de Israel).

Assim como na primeira Intifada, após algumas semanas de manifestações populares espontâneas, as organizações de resistência palestina - especialmente a Jihad Islâmica, o Hamas e a Tanzim, braço armado do partido Fatah, cujos militantes em parte coincidem com os membros do aparelho proto-estatal palestino - passaram a efetuar maiores e mais violentas ações contra o exército de ocupação e novos atentados em Israel, aumentando o número de baixas entre os israelenses.

O Exército de Israel reagiu atacando com helicópteros e artilharia as instalações da Autoridade Palestina em Ramallah, em Gaza e em outras cidades, destruindo a nascente estrutura estatal palestina, que poderia fazer frente ao extremismo dos grupos de resistência nacionalistas. Além disso, passou a responder ao fogo de armas leves palestinas com obuses lançados por tanques e artilharia, e com o bombardeio de bairros civis na Cisjordânia e em Gaza, causando centenas de mortes entre civis palestinos e aumentando o ressentimento da população dos territórios ocupados.

Em 8 de novembro, pela primeira vez na Nova Intifada, Israel correu ao assassinato extrajudicial de um líder da Fatah, Hussein Abaiat; para a ação, um helicóptero disparou foguetes contra o veículo que o transportava, matando ainda outro militante da Fatah e duas mulheres que passavam pela rua, e deixando 11 feridos (esta prática tornar-se ia comum e mantém-se até o presente, embora com a reprovação unânime da comunidade internacional). Dez dias depois, um atentado contra um ônibus escolar israelense deixou dois adultos mortos e cinco crianças feridas; em represália, o exército israelense bombardeou a cidade de Gaza com mais de 20 mísseis, destruindo o quartel-general da Fatah, transmissores da TV palestina e bases das forças de segurança, polícia e guarda presidencial (ação que, pela primeira vez, despertou a reprovação do governo norte-americano pelo uso de força excessiva). A bola de neve da violência tornava-se uma avalanche, levando tudo o que estivesse pela frente.

Vendo decair seu apoio, o primeiro-ministro Ehud Barak tentava a todo custo negociar um acordo com Arafat, chegando a acenar com a possibilidade de um Estado independente palestino, contanto que ficassem fora das negociações as questões sobre o controle de Jerusalém Oriental e o retorno dos refugiados. Além disso, Barak exigia a cessação das hostilidades *antes* do início das negociações, o que inviabilizava qualquer tentativa de acordo, uma vez que o próprio exército de Israel era responsável pela maior parte da violência do conflito. Isto era visível no grande número de mortos entre os civis e militantes palestinos, cerca de oito vezes superior às baixas israelenses, e no imenso número de palestinos feridos (quase 10.000, após dois meses de conflitos). Mais uma vez, as negociações fracassaram, como narra Phil Reeves:

"Os líderes palestinos recusaram-se a jogar uma corda para salvar Ehud Barak ontem, rejeitando uma proposta para um acordo de paz interino assim que as palavras saíram da boca do primeiro ministro. [...] Os palestinos opõem-se a ajudar um líder israelense cujo exército continua a bloquear suas cidades e a atirar em manifestan-

tes. Eles ouviram atônitos a argumentação israelense de que foram oferecidos 95% dos territórios ocupados em julho. De acordo com sua própria versão, Israel ofereceu-lhes muito menos - um mini-Estado desmilitarizado que seria dividido em cantões, sufocado por Israel e privado das partes de terra árabe estrategicamente cruciais, agora ocupadas por assentamentos israelenses.”¹⁵¹

No início de dezembro, Barak informou que iria renunciar, antecipando as eleições para primeiro-ministro e voltando a concorrer pelos trabalhistas no que seria um “plebiscito pela paz”. No Likud, a desistência de Benyamin Netanyahu abriu caminho para a candidatura de Ariel Sharon, então com 72 anos.

Ao final do ano de 2000, o número de mortos na Nova Intifada era de 322 palestinos (incluindo 13 cidadãos de Israel) e 38 judeus israelenses.¹⁵² Em apenas três meses de conflitos, o número de mortos entre os palestinos já ultrapassava aquele do primeiro ano da Intifada de 1987-91, o que reflete o uso de armas de fogo pelos palestinos e a resposta israelense muito mais pesada, incluindo metralhadoras, tanques e helicópteros de ataque (na primeira Intifada, os palestinos raramente abriam fogo, atacando os soldados israelenses com pedras, garrafas e coquetéis *molotov*, ao que os israelenses respondiam com gás lacrimogêneo e tiros de rifle).

Começando o ano de 2001, e o término dos mandatos de Ehud Barak e de Bill Clinton, uma última tentativa de acordo foi realizada sob o patrocínio do presidente norte-americano. Apesar de Clinton ter afirmado aos israelenses que não havia escolha a não ser dividir a terra em “dois Estados para dois povos”,¹⁵³ sua proposta mantinha os mesmos princípios de todos os fracassados planos anteriores, tornando o Estado palestino inviável, e por isso foi rejeitada pelos palestinos. Na Europa, representantes da ONU alertavam para o perigo da falência da Autoridade Palestina, devido à retenção de verbas por Israel e ataques à sua infraestrutura, e para a deterioração da situação social nos territórios ocupados, com o aumento para 50%

no índice de palestinos desempregados em função da política de clausura, reforçada desde o início da Intifada.

Em Israel, aproximava-se a data da eleição para primeiro-ministro; com a liderança de Ariel Sharon nas pesquisas, os analistas previam a complicação do conflito:

“Os palestinos terão como vizinho e ocupador um homem que disse à revista *New Yorker* que seu líder, Yasser Arafat, é um ‘mentiroso e assassino’. [...] Para ele, ocupar a Cisjordânia é uma necessidade estratégica, não interessa que contrarie a lei internacional. Entre 1978 e 1981, Sharon (apelido: ‘o Trator’) estabeleceu vários assentamentos nos territórios ocupados, lançando as fundações para o que se tornou um dos maiores obstáculos para a paz. Nada em sua conduta recente indica que ele se arrependa do que fez. [...] Seus colegas recentes sugerem que no máximo ele cederia aos palestinos 40% da Cisjordânia, bem menos do que ofereceu Ehud Barak. Jerusalém permaneceria sob controle israelense, incluindo Haram el-Sharif / Monte do Templo.”¹⁵⁴

No dia 6 de fevereiro de 2001, Ariel Sharon foi eleito, vencendo a Ehud Barak por ampla margem de votos (62% contra 37%). A taxa de abstenção das eleições chegou a quase 60%, um recorde histórico em Israel, demonstrando a rejeição de grande parte da população israelense (incluindo a população árabe, representando cerca de 18% do total de eleitores) a ambos os candidatos. Segundo Phil Reeves, a eleição de Sharon matava “qualquer chance de um acordo de paz permanente com os palestinos, que deixaram claro que a fórmula de Sharon para as negociações - ‘paz com segurança’ nos termos de Israel, enquadrada apenas em acordos provisórios - só pode produzir mais derramamento de sangue”.¹⁵⁵

No mês que decorreu entre a eleição de Sharon e sua posse, o governo israelense atravessou uma espécie de *interregno*, pois Barak já não tinha mais força política para negociar com os palestinos e Sharon encontrava-se voltado para a formação de uma coalizão que

desse apoio a seu governo. Nos territórios ocupados, a situação agravava-se com o aumento das manifestações palestinas contra Israel e ataques a civis e a militares, aos quais o exército de ocupação reagia com desmesurada força. Além disso, Israel manteve a política de assassinato dos líderes palestinos - na maior parte das vezes, por meio de mísseis disparados por helicópteros contra os carros em que se encontravam os militantes visados, provocando a morte e ferimento de civis que se encontrassem no local.*

Um dos eventos marcantes do período foi o atentado realizado por um motorista de ônibus palestino contra jovens militares israelenses que esperavam em um ponto de ônibus, deixando oito mortos e dez feridos. O que chamou a atenção foi o fato de que o motorista palestino não se enquadrava na definição israelense de "terrorista", pois trabalhava há anos para a empresa estatal israelense de ônibus, transportando trabalhadores palestinos de Gaza para Israel, e não tinha participação em partidos políticos ou grupos militantes - embora residisse em Gaza, o que significa que se submetia diariamente às humilhações do exército de ocupação israelense.

No dia 7 de março, o primeiro-ministro eleito Ariel Sharon finalmente tomou posse, após costurar uma coalizão para formar um "governo de unidade nacional", no qual seus adversários do partido trabalhista tinham oito ministérios - incluindo as pastas da Defesa e do Exterior, esta nas mãos de Shimon Peres. Apesar da coalizão ser formada por sete partidos - incluindo vários blocos extremistas que defendem que os palestinos sejam expulsos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia -, era dominada pelo Likud e pelos partidos Trabalhista e Shas (partido ultra-ortodoxo).

* Em 22 julho de 2002, persistindo na política de assassinatos dirigidos, Israel despejou uma bomba de uma tonelada sobre uma área densamente povoada de Gaza para matar o líder do Hamas, Salah Shehadeh, acusado de ser o mentor de diversos atentados contra Israel. Na explosão, além do militante procurado, morreram 14 civis, incluindo 9 crianças, e 140 pessoas ficaram feridas, o que despertou a indignação da comunidade internacional.

Para marcar a oposição ao novo primeiro-ministro, o grupo nacionalista islâmico Hamas prometeu realizar dez atentados, deixando o exército israelense de sobreaviso e provocando o aperto à clausura imposta à população palestina (o que não impediu a realização dos atentados). Para isso, Israel intensificou a construção de cercas, muros e valas ao redor das cidades palestinas, visando impedir o trânsito de automóveis e dificultar o de pessoas.* Logo nos primeiros dias de seu governo, Sharon ordenou que se cavassem valas ao redor de Jericó e Ramallah (sede da Autoridade Palestina na Cisjordânia), passando a controlar completamente as entradas dessas cidades.

As perspectivas pessimistas confirmaram-se já nas primeiras semanas após a posse do novo primeiro-ministro, e a Intifada sofreu uma nova mudança, marcada pela radicalização dos antagonistas. Em Israel, os *pombos* perdiam espaço para os *falcões*; na Palestina, os *tunisianos* perdiam espaço para *a rua*; o *acomodacionismo*, enfim, perdia terreno para o *rejeicionismo*, tornando o ciclo de violência inevitável. Os atentados terroristas praticados pelo Hamas e pela Jihad Islâmica em Israel tornavam-se mais frequentes e mortíferos, assim como os ataques destes grupos e da Fatah ao exército de ocupação nos territórios ocupados (o que fez diminuir a proporção entre o número de palestinos e israelenses mortos no conflito ao longo do ano de 2001). Em represália, Israel bombardeava cidades e campos de refugiados em Gaza e Cisjordânia, assassinava líderes palestinos, restringia o trânsito da população civil e aplicava punições coletivas como destruição de casas, plantações, estradas,

* Atualmente, a Faixa de Gaza encontra-se completamente encerrada por uma cerca eletrificada, podendo ser considerada a maior prisão do mundo, abrigando 1,2 milhões de detentos. A Cisjordânia começou a ser cercada em junho de 2002, numa extensão inicial de 120 quilômetros, ao custo de um milhão de dólares por quilômetro. O ministro da defesa israelense, Binyamin Ben-Eliezer, pretende cercar toda a Cisjordânia, numa extensão de 345 quilômetros, provocando a oposição de palestinos e israelenses. (REEVES, Phil. "Israel starts to fence off the West Bank". *The Independent*, 17/06/2002.

fábricas e da nascente infraestrutura da Autoridade Palestina (a essa altura praticamente em colapso).

Com o governo de Sharon, acelerou-se a destruição de casas dos palestinos, não só como forma de punição coletiva, mas também como parte do processo de aumento das áreas destinadas a assentamentos judaicos em terras palestinas, como denunciou o correspondente britânico Robert Fisk, após presenciar a destruição de 35 casas em Khan Younis pelo exército israelense (em ação que contou com o apoio de tanques e de um helicóptero Apache, deixando como saldo dois mortos e mais de 30 feridos).

“Em qualquer outro lugar, seria um escândalo, um ultraje. Se os palestinos tivessem destruído de maneira selvagem as casas de 200 israelenses, falar-se-ia de barbarismo, de ‘terrorismo’, e Bush mandaria um aviso sério a Arafat para ‘controlar a violência’. Mas foram os israelenses que destruíram as casas de pelo menos 200 palestinos ontem de manhã, passando com os tratores sobre os móveis, roupas, aparelhos de cozinha, tapetes, colchões e o concreto pulverizado de suas casas, até um dos extremos de Khan Younis parecer que tinha sido atingido por um terremoto. Então, é claro, isso não é ‘terrorismo’. É ‘segurança’. Os velhos sentam-se como estátuas entre a pilha de lixo que os israelenses fizeram de suas casas. Muitos deles, como Ahmed Hassan Abu Radwan, de 75 anos, foram expulsos de suas casas na Palestina – em seu caso, de Beersheba – em 1948; agora eles foram desalojados pelo mesmo povo pela segunda vez em 53 anos, desta vez por cortesia de Ariel Sharon.”¹⁵⁶

No plano diplomático, a posse de Sharon congelou as conversações de paz. Com o apoio dado pelo novo presidente norte-americano, George W. Bush, à exigência de que os palestinos devem cessar a violência antes que as conversações reiniciem-se, Sharon sentiu-se livre para dar vazão a seus projetos expansionistas, aprovando, já na segunda semana de governo, a construção de mais de 3.000 casas e apartamentos em Har Homa, um empreendimento na área ára-

be de Jerusalém. Em maio, Sharon viria a rejeitar o pedido de um comitê internacional, liderado pelo ex-senador norte-americano George Mitchell, para congelar os assentamentos judaicos na Cisjordânia e Gaza, argumentando que isto era “inaceitável”. Por seu lado, para voltar à mesa de negociações, os líderes palestinos exigiam o congelamento completo da construção de assentamentos judaicos nos territórios ocupados (incluindo Jerusalém). A paz estava cada vez mais distante.

A violência do conflito aumentava, mas as piores barbaridades ainda estavam por vir, e ao longo dos doze meses seguintes, a violência dos ataques e represálias recíprocas aumentaria. Em 17 de abril, pela primeira vez na Intifada, as tropas israelenses tomaram áreas controladas pelos palestinos (áreas ‘A’) na Faixa de Gaza, bombardeando, por terra, mar e ar, as instalações de segurança da Autoridade Palestina, numa das operações militares mais intensas desde o início da Intifada. Em 18 de maio, no sétimo dos dez atentados prometidos pelo Hamas, um militante com explosivos presos ao corpo provocou uma explosão na entrada de um *shopping-center* em Netanya, matando seis israelenses e ferindo mais de 40. No dia seguinte, em retaliação ao atentado, Israel utilizou caças F-16 para atacar alvos palestinos em Ramallah, Nablus, Tulkharm e Gaza, deixando mais de 15 mortos e centenas de feridos. Pela primeira vez desde 1967, Israel usava aviões de guerra para atacar os palestinos, num sinal da entrada do conflito numa nova fase. No dia seguinte, um atentado em uma discoteca de Tel-Aviv, também praticado por um militante do Hamas, deixou vinte jovens israelenses mortos.

Com a intermediação da CIA, órgão de inteligência do governo norte-americano, israelenses e palestinos negociavam um cessar-fogo. Em 13 de junho de 2001, finalmente Arafat e Sharon aceitaram o plano elaborado pelo representante da CIA, George Tenet, segundo o qual a Autoridade Palestina deveria impedir a realização de novos atentados terroristas, enquanto Israel deveria retirar-se gradualmente das áreas ocupadas desde setembro de 2000 e levantar a clausura imposta às principais cidades palestinas.¹⁵⁷ O cessar-fogo fun-

cionou somente em parte, pois ao passo que os militantes do Hamas e da Jihad Islâmica não se sentiam comprometidos com o acordo, o exército israelense continuava a reagir com excessiva violência contra os manifestantes palestinos. Na primeira semana, o número de mortos no conflito foi menor do que nas semanas anteriores - cinco palestinos e três israelenses - porém o cessar-fogo não duraria muito, e entre acusações recíprocas, logo os confrontos voltaram a recrudescer.

Em 30 de julho, Israel disparou dois mísseis contra o prédio do Hamas em Nablus (Cisjordânia), matando oito palestinos e deixando 22 feridos. O alvo principal do ataque eram dois líderes do Hamas, Jamal Mansour e Jamal Salim, mortos instantaneamente nas explosões, junto com outros quatro colegas e dois garotos que se encontravam no prédio. O ato foi condenado pela comunidade internacional, inclusive pela Casa Branca, porém, assim como em tantas outras violações israelenses da lei internacional, os governos europeus e o norte-americano não saíram do nível da retórica, e os assassinatos extrajudiciais de líderes palestinos continuaram. Dias depois, em ato também condenado em todo o mundo, um atentado suicida cometido pela Jihad Islâmica numa pizzaria em Jerusalém deixou 16 mortos e cerca de 90 feridos. Em represália, Israel invadiu por terra - pela primeira vez na Nova Intifada - a Cisjordânia, realizando uma incursão de cinco horas à cidade de Jenin e destruindo postos da polícia palestina.

Uma mudança significativa no conflito ocorreu após 11 de setembro de 2001, quando atentados terroristas lançaram os Estados Unidos na chamada *guerra ao terror*.^{*} Na Palestina, duas consequências

^{*} A "guerra ao terror" é parte do plano de dominação hegemônica do atual governo norte-americano - capitaneado por George W. Bush, e representando os interesses das indústrias bélicas e petrolíferas -, que tem como principais inimigos o Islã e a China. Embora a mídia e a indústria cultural ocidental trate estes embates de forma maniqueísta e essencialista (atribuindo aos muçulmanos e chineses a essência de *malvados*, enquanto os norte-americanos são os heróis que defen-

foram notadas: o fortalecimento dos grupos nacionalistas islâmicos (especialmente após o início da ofensiva contra Talebã no Afeganistão), e a intensificação das agressões israelenses, colocadas sob o manto da guerra ao terrorismo mundial. Nas ruas de algumas cidades, como Nablus e Ramallah, algumas centenas de pessoas saíram às ruas para festejar o ataque aos símbolos do poder econômico e militar norte-americano, porém, como notaram os correspondentes do *The Independent* nos territórios ocupados, "essas cenas foram em pequena escala, e não representam os sentimentos ambivalentes da maioria".¹⁵⁸ Além disso, nos dias seguintes, os palestinos realizaram diversas vigílias e homenagens aos mortos nos ataques terroristas, que prevaleceram às manifestações extremistas de apoio a Bin Laden e ao Talebã. Numa tentativa de afastar a liderança palestina de qualquer ligação com os atentados, Yasser Arafat concedeu entrevista às redes de televisão ocidentais condenando publicamente o ataque terrorista, em seu nome e "em nome dos palestinos", e doou sangue para as vítimas da tragédia.

O governo de Sharon, disposto a aproveitar o clamor mundial antiterrorista, ordenou novos avanços das tropas israelenses sobre as cidades palestinas de Jenin, Jericó e Ramallah, desencadeando um novo ciclo de represálias que fariam dos meses de setembro e outubro os mais violentos de 2001. Em editorial publicado em 26 de setembro, o jornal inglês *The Independent* afirmou:

"Veja o que o Sr. Sharon fez desde o atentado do *World Trade Center* e do Pentágono: imediatamente, ele intensificou os ataques aos pa-

dem a *civilização ocidental* de ameaças externas), o que está em jogo é o controle das reservas petrolíferas e de gás natural do oeste da Ásia e o acesso aos mercados mundiais. Nesse sentido, Bush encontrou nos atentados de 11 de setembro a justificativa de que necessitava para desencadear ações militares na Ásia e ao mesmo tempo iniciar uma "caça às bruxas" nos Estados Unidos, o que está tornando proporções macarthistas e negando uma história de liberdades civis e respeito à constituição.

lestinos, pensando que o Ocidente faria vistas grossas. Enviou suas tropas às cidades de Jenin, Jericó e Ramallah, que são de administração palestina, atacou Gaza com mísseis lançados de helicópteros, e apertou o cerco israelense a Jerusalém Oriental, de maioria árabe. Admite-se que houve provocações para essas ações, mas elas também se encaixam no desejo temperamental de Sharon de vencer os palestinos mais do que negociar com eles.”¹⁵⁹

A destruição da infraestrutura da Autoridade Palestina mostrou-se uma das mais contraproducentes políticas do governo de Sharon, pois acabou por provocar o surgimento de novos grupos políticos e paramilitares *das ruas* (como a Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, grupo nacionalista islâmico dissidente da Fatah) e fortalecer os já existentes (como a Frente Popular para Libertação da Palestina, FPLP, grupo marxista-nacionalista comprometido com a expulsão de Israel dos territórios ocupados). Estes grupos, além do Hamas, da Jihad Islâmica, da Fatah e de outros, empenhados na luta armada contra a presença israelense nos territórios ocupados (e alguns, contra a própria existência de Israel), ganharam a simpatia da maioria da população palestina, desiludida com a corrupção, incompetência e falta de visão política de Arafat e sua equipe.

Em 16 de outubro, um desses grupos, a FPLP, em resposta ao assassinato de seu líder Mustafa Zibri, assassinou o ministro do turismo israelense, Rechavam Zeevi - político de extrema-direita que defendia a remoção de todos os palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Esta ação desencadeou uma forte ofensiva israelense sobre território palestino, ocupando as cidades de Hebron, Belém, Beit Jalla, Ramallah, Jericó e Jenin - somente naquele mês, 91 palestinos foram mortos pelas tropas de ocupação.

No final de novembro, após intensa pressão do governo norte-americano (que precisava do apoio dos países árabes para construir sua “coalizão contra o terror”), Israel veio a se retirar de parte do território ocupado e das principais cidades palestinas. No início de dezembro, entretanto, novos atentados terroristas deixaram 31 israelenses

mortos e mais de 200 feridos em Jerusalém e Haifa, provocando uma nova ofensiva do exército israelense, em que os helicópteros da Autoridade Palestina foram destruídos e Arafat, acusado pelo gabinete israelense de ser um apoiador do terrorismo, foi cercado em Ramallah. No quartel-general da Autoridade Palestina em Ramallah, em parte destruído por mísseis, sem água corrente e sem eletricidade, o líder palestino permaneceria meses, impedido de sair pelos israelenses, e novamente provocando uma onda internacional de protestos contra Israel. Humilhado, Arafat anunciou um novo cessar-fogo unilateral e aumentou a repressão aos grupos nacionalistas islâmicos, prendendo dezenas de militantes e provocando uma pequena guerra-civil em meio ao conflito com Israel.

Em dezembro, durante as reuniões da Assembleia Geral da ONU, foram aprovadas mais de duas dezenas de resoluções a respeito do conflito. Em sua maior parte, as resoluções mostravam a preocupação dos membros da ONU com a onda de violência que atingia o Oriente Próximo, condenando as violações de direitos humanos e civis cometidas pelos israelenses nos territórios ocupados, o uso excessivo da força por parte do Exército de Israel e a atividade paramilitar dos colonos, além dos atentados terroristas cometidos pelas organizações palestinas. Como tantas outras resoluções aprovadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Segurança, em virtude do voto contrário dos Estados Unidos, acabaram por se tornar letra morta. Uma das resoluções adotadas, dispondo sobre os assentamentos israelenses em territórios ocupados, afirma:

“A Assembleia Geral,

Guiada pelos princípios da Carta das Nações Unidas, e afirmando a inadmissibilidade da aquisição de território pela força,

Evocando suas relevantes resoluções, incluindo aquelas adotadas em sua 10ª sessão especial, assim como as relevantes resoluções do Conselho de Segurança, incluindo as resoluções 242 (1967), 446 (1979), 465 (1980) e 497 (1981),

Reafirmando a aplicabilidade da Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Cíveis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949, ao Território Ocupado Palestino, incluindo Jerusalém, e Golã ocupada, [...]

Considerando o impacto pernicioso das políticas, decisões e atividades de colonização israelenses no processo de paz do Oriente Médio,

Gravemente preocupada em particular com a situação perigosa resultante de ações tomadas pelos colonos israelenses ilegalmente armados nos territórios ocupados, [...]

1. *Reafirma* que os assentamentos israelenses no território palestino, incluindo Jerusalém, e em Golã ocupada, são ilegais e um obstáculo à paz e ao desenvolvimento econômico e social;
2. *Solicita* a Israel que aceite a aplicabilidade *de jure* da Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Cíveis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949, ao Território Ocupado Palestino, incluindo Jerusalém, e a Golã Síria ocupada. [...]^{160*}

No início de 2002, Israel apreendeu um navio com 50 toneladas de armas no Mar Mediterrâneo, mostrando documentos que supostamente incriminavam a Autoridade Palestina pelo carregamento vindo do Irã (não se explicou como os palestinos pretendiam descarregar as armas contrabandeadas se Israel tem controle total do litoral mediterrâneo da Faixa de Gaza, com apenas 40 quilômetros de extensão). A apreensão serviu para o desencadeamento de uma

* Quatro países votaram contra a resolução: Israel, Estados Unidos, Micronésia e Ilhas Marshall; abstiveram-se: Papua, Nicarágua e Ilhas Salomão; os demais 145 países membros da ONU votaram a favor. Este padrão repete-se nas demais resoluções votadas pela Assembleia Geral tendo como tema a Questão Palestina: a maioria quase unânime aprova as resoluções; Israel sistematicamente vota contra; os Estados Unidos votam contra ou absterem-se, acompanhados por um punhado de micro-Estados ávidos por benefícios econômicos que podem ser gerados com os votos favoráveis aos EUA e Israel.

nova e profunda incursão do exército israelense sobre território palestino, e aumento na intensidade das punições coletivas. Interamente, entretanto, Sharon passou a enfrentar maior oposição, tanto por parte dos trabalhistas moderados como dos colonos e ultra-ortodoxos.

No plano diplomático, algumas esperanças surgiram com a aprovação, pelo Conselho de Segurança da ONU, da Resolução 1397 (Documento 17), e com a apresentação da proposta de paz do Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, ambos os eventos ocorridos em março de 2002.

Documento 17 ■

*Resolução 1397 do Conselho de Segurança da ONU*¹⁶¹

A resolução 1397 do Conselho de Segurança da ONU, a princípio não se distingue das inúmeras outras resoluções adotadas sobre a “Questão Palestina”, reconhecendo o direito de autodeterminação do povo palestino, o direito a um Estado nacional, etc. O que torna a Resolução 1397 especial é o fato de que o voto dos Estados Unidos, pela primeira vez, foi concordante com o da maioria, sugerindo que as Nações Unidas sairiam das condenações verbais e passariam à execução de medidas retaliatórias, como ocorre com os outros países que não cumprem as resoluções da ONU. Deve-se considerar a decisão norte-americana no contexto mais amplo da tentativa de efetivar uma coalizão para atacar o Iraque e derrubar Saddam Hussein, para o que o apoio árabe era, senão indispensável, pelo menos conveniente - entretanto, mesmo nesse contexto, a resolução acabou por não ser respeitada.

12 de março de 2002

O Conselho de Segurança,

Evocando suas prévias resoluções relevantes, em particular as resoluções 242 (1967) e 338 (1973),

Afirmado uma visão de uma região onde dois Estados, Israel e Palestina, vivam lado a lado com fronteiras seguras e reconhecidas,

Expressando sua grave preocupação com a continuação dos eventos trágicos e violentos que tomaram lugar desde setembro de 2000, especialmente os recentes ataques e o grande número de mortes;

Reforçando a necessidade de todos os envolvidos em garantir a segurança dos civis,

Reforçando também a necessidade de respeitar as normas universalmente aceitas da lei humanitária internacional, [...]

1. Exige a cessação imediata de todos os atos de violência, incluindo todos os atos de terror, provocação, incitamento e destruição;

2. Solicita aos lados israelense e palestino e a seus líderes que colaborem na implantação do plano de trabalho Tenet e nas recomendações do Relatório Mitchell, com o objetivo de retomar as negociações para um acordo político; [...]"

O plano de paz do príncipe Abdullah, embora antecipado desde o início de março, foi oficialmente apresentado no encontro da Liga Árabe em Beirute, no final de março de 2002 - encontro do qual Arafat não pode de participar, uma vez que se encontrava impedido de sair do quartel-general da Autoridade Palestina em Ramallah. Segundo o plano saudita, os países árabes ofereceriam a Israel o restabelecimento das relações diplomáticas em troca da desocupação completa das terras árabes tomadas em 1967, do estabelecimento de um Estado palestino com capital em Jerusalém, e do direito de retorno

para os refugiados palestinos. O plano foi elogiado em todo o mundo, e recebeu aprovação unânime dos principais governos envolvidos na questão - exceto Israel.

Embora do ponto de vista israelense a oferta de normalização das relações com os Estados árabes seja de inestimável valor econômico (trata-se de um amplo mercado consumidor, atualmente perdido por Israel) e político (assegurando um acordo de paz permanente), as exigências árabes são incompatíveis com as pretensões do governo de extrema-direita israelense - que deseja manter pelo menos 40% das terras ocupadas em 1967, não aceita dividir Jerusalém e sequer mencionar o direito de retorno aos palestinos expulsos em 1948 e 1967 (o que, na teoria, inviabilizaria o Estado de Israel como Estado judaico, embora seja discutível qual a porcentagem dos quatro milhões de palestinos da diáspora que desejariam regressar à sua terra de origem, agora Israel). Rejeitando o plano, Israel fica cada vez mais distante da tão sonhada *paz com segurança*, que dificilmente será alcançada com a mão de ferro de seu primeiro-ministro.

As ações palestinas, por outro lado, começaram a aumentar de intensidade, e a dirigir-se principalmente aos soldados de ocupação e aos colonos. Causaram grande impacto na opinião pública israelense ações como a explosão de um tanque Merkava, matando três soldados (15 de fevereiro), o assassinato de seis soldados israelenses por um comando palestino (20 de fevereiro) e o assassinato de sete soldados e três civis por um franco-atirador palestino (3 de março). Esta última ação e um atentado suicida em bairro ultra-ortodoxo de Jerusalém, reivindicado pela Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, que deixou onze mortos e 50 feridos, desencadearam as mais graves e destrutivas retaliações israelenses, que ocorreram nos meses de março e de abril de 2002. Na ofensiva, Israel passou a utilizar, para espanto da opinião pública internacional, bombas de 500 e de 1000 quilos em áreas densamente povoadas, jogando "um jogo de roleta russa com os civis palestinos",¹⁶² disseminando o pânico e o terror entre os civis de Gaza, Jenin e outras cidades atingidas, e provocando a resposta do terror - em março, 145 israelenses foram

mortos em atentados terroristas e ataques da resistência palestina, na mais violenta onda de ataques palestinos contra Israel.*

Nas ações de março-abril, segundo relatório da Anistia Internacional, "o Exército israelense agiu como se o objetivo fosse punir todos os palestinos, tomando medidas que não tinham necessidade militar clara ou óbvia; muitas dessas, como assassinatos extrajudiciais, destruição de propriedade, detenção arbitrária, tortura e maus tratos, violam os direitos humanos e a lei humanitária. O Exército instituiu um severo toque de recolher, e matou e feriu palestinos armados. Mas eles também alvejaram e mataram equipes de socorro e jornalistas, e atiraram aleatoriamente nas casas e pessoas na rua.** Realizaram-se detenções arbitrárias em massa de forma a degradar os detidos".¹⁶³

Os acontecimentos que despertaram a atenção mundial, em meio à violência generalizada que se espalhou pela região nos meses de março e abril de 2002, foram os seguintes:

- 8 de março: "Sexta-feira Negra", em que 44 palestinos foram mortos no avanço das tropas israelenses sobre os territórios ocupados.
- 9 de março: atentado suicida cometido pelo Hamas em Jerusalém deixa 11 israelenses mortos e 44 feridos. Narra Phil Reeves:

* Este número representa praticamente 25% dos mortos israelenses em dois anos de conflito, e cerca de 45% a mais do que os mortos israelenses durante os três anos da primeira Intifada, revelando a ocorrência de atentados terroristas mais violentos e o aumento no número de ações contra as tropas de ocupação.

** Uma equipe da *TV Globo* e do jornal *O Globo*, fazendo uma reportagem em Nablus, em abril de 2002, teve o carro alvejado por tanques israelenses enquanto procuravam uma saída da cidade. As imagens, exibidas na *TV Globo*, mostram claramente o tanque disparando tiros de metralhadora contra o carro dos jornalistas, dirigido pelo repórter Caco Barcelos, e identificado com a palavra *press* em letras capitais. A jornalista Deborah Berlink relatou o ocorrido em matéria do jornal *O Globo* (ver <http://oglobo.globo.com/Mundo/18557451.htm>).

"A atrocidade veio um dia após o pior período de 24 horas do presente conflito, em que morreram 44 palestinos e 5 israelenses, enquanto as forças armadas de Israel intensificavam sua ofensiva na Cisjordânia e Faixa de Gaza ocupadas. Os palestinos estão chamando este dia de Sexta-Feira Negra. Os terroristas suicidas estão agora atacando Israel diariamente, sem fornecer evidência de que os ataques estejam cumprindo seus objetivos - terminar o que os israelenses chamam de 'terror' palestino."¹⁶⁴

- 10 de março: destruição do quartel general da Autoridade Palestina em Gaza, atingido por 35 mísseis.
- 11 de março: cerca de cem tanques israelenses ocupam a totalidade de Ramallah; tropas também ocupam Qalqilya e os campos de Dheisheh e Jebalya.
- 27 de março: atentado suicida num hotel na cidade balneário de Netanya, reivindicado pelo Hamas, deixa 29 mortos e 140 feridos.
- 29 de março: Israel declara Arafat um inimigo e bombardeia partes do edifício da Autoridade Palestina em Ramallah, de onde Arafat se encontrava impedido de sair desde dezembro de 2001, matando 5 pessoas e deixando mais de 100 feridos. Atentado suicida, realizado por uma garota palestina de 16 anos, mata dois israelenses e deixa mais de 20 feridos num supermercado em Jerusalém (outras duas mulheres palestinas já haviam cometido atentados suicidas, respectivamente em janeiro e fevereiro de 2002).
- 31 de março: atentado suicida em um café em Haifa, cometido pelo Hamas, deixa 15 mortos, elevando para 43 o número de israelenses mortos na semana da páscoa judaica; exército israelense declara Ramallah 'área militar fechada', impedindo o acesso de jornalistas;

- 2 de abril: exército israelense ocupa as cidades de Tulkarem e Belém (mantendo ainda Ramallah e Qalqilya). Em Belém, cerca de 120 militantes palestinos refugiam-se na Igreja da Natividade, no local em que se supõe que Jesus Cristo tenha nascido, junto com dezenas de civis (padres e freiras, jornalistas e militantes pacifistas). Em Ramallah, médicos palestinos, impedidos pelas tropas israelenses de transitar pela cidade e levar os mortos ao cemitério, enterram 15 mortos numa vala comum no estacionamento de um hospital.
- 3 de abril: cerca de 1000 soldados israelenses invadem o campo de refugiados de Jenin, apoiados por tanques e helicópteros. Os soldados encontram intensa resistência por parte de cerca de 200 militantes palestinos, desencadeando a mais intensa batalha da Nova Intifada, deixando mortos 23 soldados israelenses e pelo menos 56 palestinos (incluindo 22 civis).
- 10 de abril: oficiais israelenses afirmam que mais de 4.000 palestinos foram presos nas duas primeiras semanas da invasão de áreas palestinas da Cisjordânia, dos quais 120 estariam na lista de 'terroristas procurados'. A Anistia Internacional e o grupo de direitos humanos israelense B'Tselem denunciam que centenas de palestinos estão detidos em prisões israelenses, sem receber acusação formal, sem acesso a advogados e sendo vítimas de torturas.¹⁶⁵ No mesmo dia, um atentado suicida, reivindicado pelo Hamas, deixa oito israelenses mortos em um ônibus que fazia o trajeto de Haifa a Jerusalém.
- 12 de abril: novo atentado terrorista, realizado por uma palestina ligada às Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa, em um ônibus em Jerusalém, deixa seis mortos. Começam a surgir as evidências do massacre de Jenin; cerca de 300 edifícios ficaram destruídos, e 2000 pessoas ficaram desabrigadas na operação israelense para capturar militantes palestinos. Dezenas de pessoas foram enter-

radas pelo Exército israelense em valas comuns. Narra o correspondente do jornal *The Independent*, Justin Hugler:

"Israel estava ontem tentando enterrar a evidência no campo de refugiados de Jenin, mas não pode enterrar o terrível crime que cometeu: uma matança na qual civis palestinos foram atingidos junto com os defensores armados do campo. [...] Ontem, entretanto, eles foram incapazes de extinguir o cheiro infernal. O cheiro fétido dos corpos em putrefação escapava das vielas entupidas de entulho, barradas pelo quinto dia consecutivo às agências de ajuda internacional que tentavam enviar ambulâncias e médicos para evacuar os feridos e enterrar os mortos. [...] Israel pode esconder os corpos dos mortos, mas não pode esconder toda a evidência. Centenas de refugiados têm saído do campo de Jenin, muitos com histórias angustiantes para contar. Os palestinos não deixarão essas histórias serem enterradas sob os destroços."¹⁶⁶

- 15 de abril: Israel abandona temporariamente a política de assassinatos dirigidos e captura um dos principais líderes da Intifada, Marwan Barghouti, que meses antes, depois de escapar a uma tentativa de assassinato, havia afirmado: "Espero que [os israelenses] não me assassinem, porque eu teria pena das dezenas de israelenses que seriam mortos em reação a isso".¹⁶⁷
- 18 de abril: Israel retira-se de Jenin, mas mantém o cerco e impede a entrada de jornalistas e equipes humanitárias. A Cruz Vermelha Internacional afirma que a escala da devastação em Jenin foi enorme, e que Israel deve permitir a entrada de suas equipes de resgate e recuperação na cidade. Após ver a devastação no campo, o enviado da ONU, Terje-Roed Larsen, afirma que o ataque é "uma mancha que ficará para sempre na história de Israel".¹⁶⁸
- 22 de abril: Israel retira parcialmente suas tropas de Ramallah e Nablus, informando o término de mais uma etapa na 'luta contra

o terrorismo', porém continua cercando a Igreja da Natividade, em Belém, e o quartel-general de Arafat, em Ramallah.

- 29 de abril: tanques e tropas israelenses invadem Hebron, deixando doze palestinos mortos, entre os quais seis civis.

Durante os meses de março e abril de 2002, as ações israelenses deixaram o saldo de 479 palestinos mortos e 1393 feridos; na resistência à invasão israelense, em ataques ao exército de ocupação e em atentados terroristas, foram mortos 194 israelenses, sendo 70 militares e 124 civis. Após a ofensiva de março-abril, o número estimado de mortos no conflito passou a ser de 1503 palestinos e 480 israelenses.¹⁶⁹

Embora Israel argumente que as incursões às cidades palestinas têm como objetivo "prender terroristas" e evitar novos atentados, essa política tem sido totalmente contraproducente, pois os atentados terroristas em Israel e ataques e emboscadas a colonos e soldados nos territórios ocupados não só continuam, como têm se tornado mais violentos. As intensas represálias israelenses, assim, além de serem ineficientes do ponto de vista militar, pois os militantes dos grupos extremistas sempre descobrem novas maneiras de burlar os controles israelenses, têm um efeito destrutivo do ponto de vista político, pois cada agressão enseja uma resposta mais violenta - uma semana após a retirada das tropas das cidades ocupadas em abril, por exemplo, um novo atentado suicida em Tel-Aviv provocou a morte de 15 israelenses e ferimentos em outros 60.

Por sua vez, os grupos extremistas palestinos, ao atentarem contra a vida de civis dentro das fronteiras de Israel, também alimentam o ciclo vicioso de atentados e represálias, gerando respostas cada vez mais violentas por parte de Israel. Além disso, comprometem a crescente onda de simpatia da opinião pública mundial pela causa palestina, uma vez que as imagens dos atentados terroristas chocam o público bem mais do que a morte a conta-gotas imposta diariamente aos palestinos pelo exército de ocupação.

Posfácio

COMPLETADOS DOIS ANOS DA NOVA INTIFADA, O NÚMERO TOTAL DE mortos nos conflitos já chega a 2.412 pessoas, sendo 1.787 palestinos e 625 israelenses, e o número de feridos ultrapassa 25.000, sendo 20.539 palestinos e 4.535 israelenses.¹⁷⁰ O processo de paz de Oslo, que embora prejudicial aos interesses palestinos era ao menos uma base sobre a qual negociar, foi morto pelas ruas da Palestina e enterrado pelos tratores israelenses.

Embora a afronta às sensibilidades nacionais e religiosas representada pela visita de Ariel Sharon a Haram al-Sharif, em 28 de setembro de 2000, fosse causa suficiente para desencadear um protesto, o evento não pode ser considerado como justificativa para a intensidade e a duração da Nova Intifada, mesmo em combinação com a morte de seis palestinos no dia seguinte, no mesmo local. Em precedentes similares, nem o massacre de Al-Aqsa de 1990, em que 14 palestinos foram mortos e mais de 100 feridos, nem o assassinato de 29 muçulmanos na Mesquita de Hebron em 1994, nem a abertura de um túnel em Haram al-Sharif em 1996 (que motivou a "Intifada do Túnel"), produziram reação comparável, gerando conflitos limitados no espaço e no tempo.

Enquanto os fatos ocorridos em Jerusalém explicam as origens e desenvolvimento inicial da Nova Intifada, sua duração e intensidade só podem ser compreendidas à luz das negociações entre Israel e a OLP entre 1993 e 2000. Ao contrário do que esperava a população palestina, o processo de paz de Oslo, em vez de encerrar a ocupação e a colonização israelenses, acabou por sedimentá-las - e o Estado palestino que dali emergiria, *adui-generis* em todo o mundo, seria com-

posto por dezenas de cantões isolados, sem fronteiras internacionais e com seus principais recursos naturais sob controle estrangeiro.

Diante do quadro socioeconômico desolador e da ausência de perspectivas políticas, a população palestina optou por jogar-se contra o exército de ocupação israelense, contra a própria população civil de Israel, e contra a corrupta e incompetente Autoridade Palestina, rejeitando a ordem de Oslo e deixando claro que somente o retrocesso completo de Israel às fronteiras de 1967 poderia trazer a paz à região.

Passados dois anos de revolta, Israel permanece com controle total de 2,1% de toda a área da Cisjordânia, onde há instalados 190 assentamentos judaicos e 74 postos militares, e o controle militar de outros 89,4%. Aos palestinos resta a opção de permanecerem enclausurados nos inúmeros cantões que compõem os 8,5% da Cisjordânia sob controle civil e militar palestino, sujeitos às frequentes incursões punitivas israelenses e à restrição de movimentos. Na Faixa de Gaza, mais de um milhão de palestinos vivem enclausurados por cercas elétricas numa região de 360 quilômetros quadrados, uma das áreas mais densamente povoadas do mundo. Apesar disso, ali continuam a residir ilegalmente 5.000 colonos israelenses, em 19 assentamentos, controlando 30% do território (incluindo as melhores terras e os acessos externos).¹⁷¹

As condições socioeconômicas da população palestina deterioraram-se rapidamente após o início dos conflitos e da reação israelense, e hoje a situação é de crise humanitária. Mais de dois terços da população vive com menos de dois dólares por dia, e um quinto das crianças sofre de desnutrição. Há falta generalizada de alimentos, pois a restrição israelense ao transporte de carga e pessoas não só dificulta o comércio regular, como impede que alimentos enviados por organizações como a Cruz Vermelha Internacional e as Nações Unidas cheguem à população necessitada. Além disso, Israel controla todas as fontes de água da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, destinando à população palestina uma pequena parte do que é reservado ao consumo de seus próprios cidadãos, e mantendo aldeias e cidades por dias inteiros sem água.

Após a ofensiva israelense de março-abril de 2002, os atentados terroristas e ataques às forças de ocupação e colonos continuaram acontecendo, deixando 148 israelenses mortos entre maio e setembro (número equivalente ao total de israelenses mortos nos dez primeiros meses da Intifada, o que prova a ineficácia da estratégia israelense). No mesmo período, 272 palestinos foram mortos pelo exército israelense, que continua ocupando diversas cidades palestinas e mantendo centenas de milhares de pessoas sob constante toque de recolher. As perspectivas de normalização da região, dessa forma, dependem de iniciativas externas, uma vez que os atores internos chegaram a um nível de intransigência que torna praticamente impossível qualquer negociação.

Uma forte pressão norte-americana poderia levar Israel a retroceder e a desocupar os territórios tomados em 1967, abrindo caminho para um acordo de paz definitivo na região. O governo norte-americano, entretanto, a cada eventual passo dado à frente - especialmente quando necessita ganhar o apoio árabe para atacar algum de seus inimigos do *Eixo do Mal* -, costuma dar três ou quatro passos atrás, como as infrutíferas condenações a Arafat, o sinal verde às ações militares israelenses e a manutenção das remessas de dinheiro e equipamento militar para Israel. Além disso, como nota Noam Chomsky, o *lobby* pró-Israel continua desempenhando importante papel na política norte-americana.¹⁷² É pouco provável, portanto, que a "relação especial" estabelecida entre Israel e os Estados Unidos deva sofrer grandes alterações nos próximos anos, estejam repúblicas ou democratas no poder.

Uma possibilidade mais concreta é a resolução do impasse com base na pressão da comunidade internacional. A análise das votações realizadas na Assembleia Geral da ONU revela que é quase unânime, na diplomacia internacional, a condenação às violações das leis e convenções internacionais e desrespeito pelos direitos humanos e civis cometidos por Israel, e a noção de que o regime expansionista e racista de Israel é um anacronismo em termos da geopolítica universal. A comunidade internacional, portanto, deveria traduzir

sua oposição a Israel em atos como o boicote econômico e cultural - estratégia usada com sucesso para provocar a desarticulação do regime de *apartheid* na África do Sul, e que parece estar tomando corpo enquanto escrevo estas linhas.

No aspecto político doméstico, os principais antagonistas encontram-se enfraquecidos. Por um lado, Yasser Arafat vê crescer a ascendência dos partidos e milícias marxistas e islâmicos sobre a população dos territórios ocupados, ao mesmo tempo em que continua a ser acusado por Israel e pelos Estados Unidos de não deter a violência palestina. Por outro lado, Ariel Sharon encontra-se combatido pela extrema direita (especialmente pelos partidos que representam os colonos e os judeus ultra-ortodoxos), acusado de não empregar o rigor necessário na repressão aos palestinos, e pelos liberais e pela esquerda israelense, que reconhecem a ineficácia da ação militar contra os palestinos e defendem uma saída negociada.

Diante do nível a que chegou a violência de parte a parte, parece uma utopia sonhar que as organizações extremistas palestinas cessem os atentados contra civis israelenses, ou que o governo israelense desocupe militarmente a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, desmantele os assentamentos ali construídos, permita o controle palestino sobre Jerusalém Oriental e conceda o direito de retorno aos refugiados da diáspora palestina.

A última guerra de resistência colonial, portanto, não está próxima do fim. Mesmo uma eventual cessação da Nova Intifada (o que de toda maneira deverá ocorrer em alguns meses, quando a resistência palestina for completamente sufocada pelo exército de ocupação) não implicará no final da Guerra da Palestina - certamente uma terceira Intifada surgiria num futuro próximo, com muito mais violência do que os conflitos anteriores. O final da Guerra da Palestina só se tornará uma realidade quando israelenses e palestinos aceitarem conviver lado a lado, reconhecendo e cumprindo as leis e tratados internacionais, e perdendo os excessos e incompreensões do passado.

São Paulo, outubro de 2002.

notas

1. SAYEGH, Fayeze. *Zionist colonialism in palestine* (Beirut, 1965), p. 2. Grifo meu.
2. LAQUEUR, Walther. *História del sionismo* (Jerusalém, 1988), p. 41.
3. PALUMBO, Michael. *The Palestinian Catastrophe: the 1948 expulsion of a people of their homeland* (Londres, 1987), p. 8.
4. LAQUEUR, *História del sionismo*, p. 88-9.
5. Fonte: LAQUEUR, *História del sionismo*, p. 91-2
6. *Ibid.*, p. 93.
7. FINKELSTEIN, Norman. *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict* (Londres, 1995), p. 14.
8. ERNST SIMON, apud FINKELSTEIN, *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict*, p. 15.
9. MEZEVINSKY, Norton. "O conflito do Oriente Médio". In: MENUHIN et. al., *Judaísmo versus sionismo*. (Rio de Janeiro, 1969), p. 105.
10. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 13.
11. *Ibid.*, p. 12.
12. FINKELSTEIN, *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict*, p. 8.
13. *Ibid.*, p. 13.
14. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes* (São Paulo, 1994), p. 286.
15. Fonte: DODD & SALES, *Israel and the Arab World* (Londres, 1970), p. 59-62.
16. BRITISH GOVERNMENT. *Report of a Committee on Correspondence between Sir Henry McMahon and the Sherif of Mecca*, Parliamentary Papers - Cmd. 5974 (1939), p. 48. Apud: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*. (Nova York, 1989), Parte I, Cap. II. Todos os documentos, relatórios e resoluções da ONU citados neste trabalho (assim como os demais que trouxeram a indicação 'UNISPAL') foram obtidos no site *United Nations Informations System on Palestine* (UNISPAL): <http://domino.un.org/unispal.nsf>
17. Fonte: DODD & SALES, *Israel and the Arab World* (Londres, 1970), p. 55-9.
18. WEIZMANN, *Trial and Error* (Nova York, 1949), p. 149, apud United Nations. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. II.
19. *Ibid.*, p. 177-8.
20. *Ibid.*, p. 181.
21. BRITISH GOVERNMENT. Foreign Office. *Letter to Lord Rothschild*, November 2nd, 1917. (UNISPAL)

22. UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. II.
23. BRITISH GOVERNMENT. British Public Record Office. Cabinet No. 24/24 (1917). *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. II.
24. LEAGUE OF NATIONS. *The Covenant of the League of Nations (Including Amendments adopted to December, 1924)*. (UNISPAL)
25. UNITED STATES GOVERNMENT. *Foreign Relations of the United States: the Paris Peace Conference* (Washington, 1944), vol. XII, p. 780-1. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. IV.
26. *Ibid.*, p. 793.
27. BRITISH GOVERNMENT. British Public Record Office. *Foreign Office No. 371/5199*. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. IV.
28. SOCIÉTÉ DES NATIONS. *Mandat pour la Palestine*. Genebra, 12 ago. 1922 (UNISPAL).
29. UNITED NATIONS. *Report of United Nations Special Committee on Palestine (A/648)*. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. V.
30. GARFINKLE, Adam. "Genesis". In: RUBINSTEIN, Alvin. *The Arab-Israeli Conflict* (Nova York, 1984), p. 18.
31. MUSLIM, Muhammed. *The Origins of Palestinian Nationalism* (Nova York, 1988), p. 4.
32. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 12.
33. *Ibid.*, p. 13.
34. UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. V.
35. BRITISH GOVERNMENT. *Report of the Commission on the Palestine Disturbances of August 1929*, Cmd. 3530 (1930), p. 150. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. V.
36. UNITED NATIONS. *Report to the Council on the 17th Extraordinary Session of the PMC*, Doc. No. C-355 (1) M.147 (1), 1930, VI, Geneva, 1930, p. 139-40. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. VIII.
37. *Ibid.*
38. UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. V.
39. *Ibid.*, Parte I, Cap. VI.
40. BRITISH GOVERNMENT. *Palestine Royal Commission: Report*, Cmd. 5479 (1937), p. 84. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. IV.
41. *Ibid.*
42. BRITISH GOVERNMENT. *Statement of Policy*, Cmd. 6019 (1939). *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. VIII.
43. BRITISH GOVERNMENT. *Report on Immigration, Land Settlement and Development*, Cmd. 3686 (1930). *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. VIII.
44. Fonte: DODD & SALES, *Israel and the arab world*, p. 74-6.
45. CHOMSKY, Noam. *The Fateful Triangle: the United States, Israel and the Palestinians*. (Londres, 1983), p. 17.
46. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 25
47. BRITISH GOVERNMENT. *The Political History of Palestine* (Memorandum to the United Nations Special Committee on Palestine) (Jerusalem, 1947), p. 35. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. IX.
48. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 26. Ver também CHOMSKY, *The Fateful Triangle*, p. 93.
49. CHOMSKY, *The Fateful Triangle*, p. 2-3.
50. BRITISH GOVERNMENT. *The Political History of Palestine*, p. 40. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte I, Cap. IX.
51. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 28.
52. UNITED NATIONS. *Official Records of the General Assembly, First Special Session, Plenary, First Committee*, vol. III, 52nd meeting, p. 184-5. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. I.
53. *Ibid.*, vol. III, 54th meeting, p. 252; 50th meeting, p. 114.
54. *Ibid.*, vol. III, 56th meeting, p. 314.
55. *Ibid.*, vol. III, 78th meeting, p. 145.
56. UNITED NATIONS. *Official Records of the General Assembly, Second Session, Supplement No. 11*, document A/364 (Report of the United Nations Special Committee on Palestine), vol. II, p. 5. *Apud*: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. II.
57. *Ibid.*, vol. III, p. 9, 14 e 19.
58. *Ibid.*, vol. II, p. 15 e 16.
59. *Ibid.*, vol. II, p. 43.

60. DAVIS, John. *The Evasive Peace: A Study of the Zionist-Arab Problem*. (Londres, 1968); PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 31.
61. KURZMAN, Dan. *Genesis 1948: The First Arab-Israeli War*. (Londres, 1970), p. 20.
62. UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 181. Future government of Palestine*. 29 nov. 1947.
63. UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. IV.
64. CHAMOUN, Camille. *Crise au Moyen-Orient*. (Paris, 1963), p. 211.
65. UNITED NATIONS. *Official Records of the General Assembly, Second Session, Ad Hoc Committee on the Palestine Question*, vol. I, p. 54. Apud: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. IV.
66. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 29.
67. *Ibid.*
68. NEHER-BERNHEIM, *Histoire juive, faits et documents: de la renaissance à nos jours*. (Paris, 1973), p. 760.
69. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 32.
70. FINKELSTEIN, *Image and reality of the Palestinian conflict*, p. 15: grifo meu.
71. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 34.
72. KURZMAN, *Genesis 1948*, p. 53, grifos meus.
73. *Ibid.*, p. 54.
74. BEGIN, Menachem, *The Revolt* (Los Angeles, 1972), p. 348. Apud: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. IV.
75. HAGANAH. *Plan Dalet*. Transcrito por Yehuda Slutsky, em *Sefer Toldot Haganah* (http://electronicintifada.net/referencelibrary/keydocuments/doc_page84.shtml)
76. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 40.
77. *Ibid.*, p. 41.
78. *Ibid.*, p. 48.
79. JOSEPH, Dov, *The Faithful City* (Nova York, 1960), p. 71-2. Apud: UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. V.
80. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 49
81. *Jewish Newsletter* (Nova York), october 3, 1960. Apud: MENUHIN, Moshe. *Judaísmo hoje: palestina, árabes e judeus*. (Rio de Janeiro, 1969), p. 106.
82. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 54
83. *Ibid.*, p. 54.
84. KURZMAN, *Genesis 1948*, p. 142 e 145.
85. PALUMBO, *The Palestinian Catastrophe*, p. 64.
86. KURZMAN, *Genesis 1948*, p. 179.
87. Fonte: DODD & SALES, *Israel and the arab world*, p. 82-4.
88. *Ibid.*, p. 85-7.
89. LEGAÇÃO BRASILEIRA EM BEIRUTE. *Ofícios Enviados, n. 154/1948. 05 de novembro de 1948. Questão Palestina*. O documento encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro; o texto está disponível, na íntegra, em www.usinadolibro.com/palestina/doc14.htm.
90. UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte II, Cap. V.
91. SAID, Edward. "A profile of the Palestinian people". In: SAID & HITCHENS, (ed.). *Blaming the victims: spurious scholarship and the palestinian question*. (Londres / Nova York, 1988), p. 3. Os dados sobre o número de exilados divergem levemente segundo as diversas fontes.
92. PALESTINE ARAB REFUGEE OFFICE. *Persecution of the Arabs in Israel* (Nova York, 1956), p. 6-7.
93. SAYEGH, *Zionist colonialism in palestine*, p. 31
94. MENUHIN, *Judaísmo hoje*, p. 157
95. EISENHOWER, Dwight. "Discurso à Nação", 31 de outubro de 1956. Apud: MENUHIN, *Judaísmo hoje*, p. 159
96. HOURANI, *Uma História dos Povos Árabes*, p. 371.
97. MENUHIN, *Judaísmo hoje*, p. 162-3.
98. RABINOVICH, Itamar. "Seven wars and one peace treaty". In: RUBINSTEIN, Alvin Z. *The Arab-Israeli Conflict*. (Nova York, 1984), p. 50-1.
99. UNITED NATIONS. *Security Council Resolution 242* (1967). 22 nov. 1967.
100. DAVIS, *The Evulsive Peace*, p. 50.
101. Sobre o assunto, ver especialmente CHOMSKY, *The Fateful Triangle*.
102. CHOMSKY, Noam. "Introduction". In: CAREY, Roane (ed.) *The New Intifada: re-siating Israel's apartheid*. (Londres / Nova York, 2001), p. 9.
103. *Ibid.*, p. 6.
104. CHOMSKY, *The Fateful Triangle*, p. 10.
105. *Ibid.*, p. 13.
106. *Ibid.*, p. 10.
107. *Ibid.*, p. 12.
108. *Ibid.*, p. 11-2.

109. UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 2535. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*. 10 dez. 1969.
110. UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 32/91. Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories*. 13 dez. 1977.
111. MACKAY, Runa. *Exile in Israel: a Personal Journey with the Palestinians*. (Glasgow, 1995), p. 57-8.
112. UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 3236. Question of Palestine*. 22 nov. 1974.
113. UNITED NATIONS. *General Assembly Plenary Meeting, 29th session. A/PV.2282*. 13 nov. 1974.
114. CHOMSKY, *The Fateful Triangle*, p. 79.
115. RABINOVICH, Itamar. *The war for Lebanon, 1970-1985*. (Ithaca / Londres, 1985), p. 122.
116. SALEM, Elie. *Violence and Diplomacy in Lebanon*. (Londres, 1995), p. 3-7.
117. CEDARLAND. *Lebanon History: The 1975-1990 War*. (<http://www.geocities.com/CapitolHill/Parliament/2587/war.htm>)
118. MAC BRIDE, *Israel in Lebanon*. (Londres, 1983), p. 176; CEDARLAND, *Lebanon History: L'AGENCE DE PRESSE QUATARIENNE. Invasion et massacre*. (Doha, 1983), p. 7.
119. RABINOVICH, *The war for Lebanon*, p. 154.
120. SALEM, E. *Violence and Diplomacy in Lebanon*, p. 88-98.
121. UNITED NATIONS. *Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories* (A/43/694), par. 499 e 619.
122. *Ibid.*, par. 611.
123. BEININ, J. & HAJJAR, L. *Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict*. Middle East Research Institute (http://merip.org/palestine-israel_primer/intro-pal-isr-primer.html). MACKAY, *Exile in Israel*, p. 60-2.
124. BEININ, J. & HAJJAR, L. *Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict*.
125. UNITED NATIONS. *Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories*, (A/41/680), par. 82.
126. UNITED NATIONS. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*, Parte IV, Cap. II.
127. *Ibid.*, Parte IV, Cap. II.
128. MACKAY, *Exile in Israel*, p. 10
129. ROY, Sara. "Decline and Disfigurement: The Palestinian Economy after Oslo". In: CAREY, *The New Intifada*, p. 91-110.
130. ROBINSON, Glenn. "The Peace of the Powerful". In: Carey, *The New Intifada*, p. 117
131. BEININ & HAJJAR, *Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict*.
132. ANDONI, Ghassan. "A comparative study of Intifada 1987 and Intifada 2000". In: Carey, *The New Intifada*, p. 212.
133. UNITED NATIONS. *Security Council Resolution 573 (1985)*. 4 out. 1985; *Security Council Resolution 611 (1988)*. 25 abr. 1988.
134. UNITED NATIONS. *Security Council Resolution 605 (1987)*. 22 dez. 1987.
135. UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 43/49. Report of the Committee on Relations with the Host Country*. 2 dez. 1988.
136. BEININ & HAJJAR, *Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict*.
137. CHOMSKY, "Introduction", p. 12.
138. ROBINSON, "The peace of the powerful", p. 112.
139. CHOMSKY, "Introduction", p. 14.
140. SAID, Edward. "Palestinians under siege". In: Carey, *The new Intifada*, p. 38.
141. *Ibid.*, p. 38.
142. B'TSELEM. The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. *Destruction of Houses and Fields*. (<http://www.btselem.org>)
143. HAAS, Amira. *Ha'aretz*, outubro de 2000. *Apud*: Said, "Palestinians under siege", p. 38.
144. ROY, Sara. "Decline and Disfigurement: the Palestinian Economy After Oslo". In: CAREY, *The New Intifada*, p. 92.
145. *Ibid.*, p. 94.
146. RABBANI, Mouin. "A Smorgasboard of Failure: Oslo and the Al-Aqsa Intifada". In: CAREY, *The New Intifada*, p. 76.
147. *Ibid.*, p. 77.
148. ISRAEL. Foreign Affairs Ministry. *Victims of Palestinian Violence and Terrorism since September 2000*; PALESTINE RED CRESCENT SOCIETY. *Total daily numbers of deaths & injuries: West Bank & Gaza*.
Todas as referências ao número de mortos e feridos foram extraídas das tabelas e listas disponíveis nos sites do Ministério das Relações Exteriores de Israel e na Sociedade do Crescente Vermelho Palestina (afiliada à Cruz Vermelha), disponíveis respectivamente em: <http://www.israel.org/mfa/go.asp?MFAHoia50> e http://www.palestinercs.org/crisistables/table_of_figures.htm.
149. REEVES, Phil. "Second boy is shot dead as the politicians talk". *The Independent*, 5/10/2000. A utilização intensa de reportagens e análises do *The Independent* nas páginas que se seguem deve-se a três fatores: 1) a presença contínua de correspondentes do jornal inglês nos territórios ocupados e em

Israel, ao contrário da maioria dos periódicos, que somente repete informações transmitidas pelas agências de notícia; 2) a visão crítica e independente do jornal, condenando mas ao mesmo tempo explicando os extremismos de lado a lado; 3) o fato de todas as notícias estarem arquivadas e disponíveis através da Internet (<http://www.independent.co.uk>).

150. CORNWELL, Rupert. "Israel 'close to all-out war' warns Annan". *The Independent*, 4/10/2000.
151. REEVES, Phil. "Palestinians rebuff Barak's latest peace offer". *The Independent*, 01/12/2000.
152. ISRAEL. Foreign Affairs Ministry. *Victims of Palestinian Violence and Terrorism since September 2000*.; Palestine Red Crescent Society. *Total daily numbers of deaths & injuries: West Bank & Gaza*.
153. KNUTSON, L. & TOPPO, G. "Clinton tells Israel it must 'divide this land' with Palestinians". *The Independent*, 08/01/2001.
154. FISK, Robert. "Repackaged and rebranded, Sharon prepares to take power for the right". 3/02/2001
155. REEVES, Phil. "Sharon secures crushing victory". *The Independent*, 7/2/2001.
156. FISK, Robert. "Guns and bulldozers raze homes in Gaza". *The Independent*, 12/4/2001.
157. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Israeli-Palestinian Ceasefire and Security Plan*. (http://electronicintifada.net/referencelibrary/keydocuments/doc_page26.shtml)
158. REEVES, Phil. "Middle East Reaction". *The Independent*, 12/09/2001.
159. "Mr Sharon's obduracy endangers Israel, as well as the fight against terrorism". (Editorial). *The Independent*, 26/09/2001.
160. UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 56/61. Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and the occupied Syrian Golan*. 10 dez. 2001.
161. UNITED NATIONS. *Security Council Resolution 1397 (2002)*. 12 mar. 2002.
162. REEVES, Phil. "Israel ignores outcry to raid more refugee camps". *The Independent*, 08/03/2002.
163. AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel and the Occupied Territories: The heavy price of Israeli incursions*. (<http://web.amnesty.org>) Ver também: BERLINCK, Deborah. "No meio do fogo cruzado". *O Globo*, 15/04/2002. (<http://oglobo.globo.com/Mundo/18557451.htm>)
164. REEVES, Phil. "Suicide bomber kills 10 in café on Sharon's doorstep". *The Independent*, 10/03/2002.
165. AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel and the Occupied Territories: Mass detention in cruel, inhuman and degrading conditions*. (<http://web.amnesty.org>); ver também: <http://www.btsalem.org>

166. REEVES, Phil & HUGLER, Justin. "Israel buries the bodies, but cannot hide the evidence". *The Independent*, 13/04/2002.

167. HUGLER, Justin. "Israel arrests most wanted man in suicide campaign". *The Independent*, 16/04/2002.

168. REEVES, Phil & HUGLER, Justin. "From the ruins of Jenin, the truth about an atrocity". *The Independent*, 20/04/2002.

169. PALESTINE RED CRESCENT SOCIETY. *Total daily numbers of deaths & injuries: West Bank & Gaza*; ISRAEL. Foreign Affairs Ministry. *Victims of Palestinian Violence and Terrorism since September 2000*.

170. PALESTINE RED CRESCENT SOCIETY. *Total daily numbers of deaths & injuries: West Bank & Gaza*; Israel. Foreign Affairs Ministry. *Victims of Palestinian Violence and Terrorism since September 2000*.

171. B'TSELEM. The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. *Israeli Settlements on Occupied Palestinian Territories*. Disponível em: www.btsalem.org.

172. CHOMSKY, "Introduction", p. 5-14.

documentos e referências bibliográficas

a) DOCUMENTOS CITADOS

(Para o acesso ao texto integral destes e de outros documentos, consulte: <http://www.usinadolivro.com/palestina>)

AMNESTY INTERNATIONAL. *Israel and the Occupied Territories: Mass detention in cruel, inhuman and degrading conditions*. 23 mai. 2002.

_____. *Israel and the Occupied Territories: The heavy price of Israeli incursions*. 12 abr. 2002.

_____. *Annual Report 2001. Israel and the Occupied Territories*. 2001.

_____. *Annual Report 2002. Israel and the Occupied Territories*. 2002.

BRITISH GOVERNMENT. Foreign Office. *Letter to Lord Rothschild*. 2 nov. 1917. (UNISPAL)

ISRAEL. Foreign Affairs Ministry. *Victims of Palestinian Violence and Terrorism since September 2000*.

HAGANAH. *Plan Dalet*. Transcrito por Yehuda Slutsky, em *Sefer Toldot Hahaganah* (http://electronicintifada.net/referencialibrry/keydocuments/doc_page84.shtml).

LEAGUE OF NATIONS. *The Covenant of the League Of Nations (Including Amendments adopted to December, 1924)*. (UNISPAL)

LEGAÇÃO BRASILEIRA EM BEIRUTE. *Ofícios Enviados, nº 154/1948. 05 de novembro de 1948. Questão Palestina*. (Arquivo Histórico do Itamaraty).

PALESTINE RED CRESCENT SOCIETY. *Total daily numbers of deaths & injuries: West Bank & Gaza*.

SOCIÉTÉ DES NATIONS. *Mandat pour la Palestine*. Genebra, 12 ago. 1922. (UNISPAL)

THE ISRAELI INFORMATION CENTER FOR HUMAN RIGHTS IN THE OCCUPIED TERRITORIES (B'Tselem). *Destruction of Houses and Fields*.

_____. *Israeli Settlements on Occupied Palestinian Territories*. (<http://www.btselem.org>)

UNITED NATIONS. *General Assembly Resolution 181. Future government of Palestine*. 29 nov. 1947.

_____. *General Assembly Plenary Meeting, 29th session. A/PV.2282*. 13 nov. 1974.

_____. *General Assembly Resolution 2535. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*. 10 dez. 1969.

_____. *General Assembly Resolution 32/91. Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories*. 13 dez. 1977.

_____. *General Assembly Resolution 3236. Question of Palestine*. 22 nov. 1974.

_____. *General Assembly Resolution 43/49. Report of the Committee on Relations with the Host Country*. 2 dez. 1988.

_____. *General Assembly Resolution 56/61. Israeli settlements in the Occupied Palestinian Territory, including Jerusalem, and the occupied Syrian Golan*. 10 dez. 2001.

_____. *General Assembly. Second Session, Supplement No. 11, document A/364* (Report of the United Nations Special Committee on Palestine).

_____. *Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Population of the Occupied Territories*.

_____. *Security Council Resolution 1397* (2002). 12 mar. 2002.

_____. *Security Council Resolution 242* (1967). 22 nov. 1967.

_____. *Security Council Resolution 573* (1985). 4 out. 1985.

- UNITED NATIONS. *Security Council Resolution 605 (1987)*. 22 dez. 1987.
- _____. *Security Council Resolution 611 (1988)*. 25 abr. 1988.
- _____. *The Origins and Evolution of the Palestine Problem 1917-1988*. (Nova York, 1989).
- UNITED STATES GOVERNMENT. Central Intelligence Agency. *Israeli-Palestinian Ceasefire and Security Plan*. 13 jun. 2001.
- b) Artigos em jornais
- BERLINCK, Deborah. "No meio do fogo cruzado". *O Globo*, 15/04/2002.
- CORNWELL, Ruppert. "Israel 'close to all-out war' warns Annan". *The Independent*, 4/10/2000.
- FISK, Robert. "Guns and bulldozers raze homes in Gaza". *The Independent*, 12/4/2001.
- _____. "Repackaged and rebranded, Sharon prepares to take power for the right". 3/02/2001
- HUGGLER, Justin. "Israel arrests most wanted man in suicide campaign". *The Independent*, 16/04/2002.
- KNUTSON, L.; TOPPO, G. "Clinton tells Israel it must 'divide this land' with Palestinians". *The Independent*, 08/01/2001.
- REEVES, Phil. "Second boy is shot dead as the politicians talk". *The Independent*, 5/10/2000.
- _____. "Palestinians rebuff Barak's latest peace offer". *The Independent*, 01/12/2000.
- _____. "Sharon secures crushing victory". *The Independent*, 7/2/2001.
- _____. "Middle East Reaction". *The Independent*, 12/09/2001.
- _____. "Israel ignores outcry to raid more refugee camps". *The Independent*, 08/03/2002.

- REEVES, Phil. "Suicide bomber kills 10 in café on Sharon's doorstep". *The Independent*, 10/03/2002.
- REEVES, Phil.; HUGGLER, Justin. "From the ruins of Jenin, the truth about an atrocity". *The Independent*, 20/04/2002.
- _____. "Israel buries the bodies, but cannot hide the evidence". *The Independent*, 13/04/2002.
- THE INDEPENDENT. "Mr Sharon's obduracy endangers Israel, as well as the fight against terrorism". (Editorial). *The Independent*, 26/09/2001.

C) Referências bibliográficas

- ANDONI, Ghassan. "A comparative study of Intifada 1987 and Intifada 2000". In: CAREY, J. (ed.). *The New Intifada*. Londres / Nova York: Verso, 2001, p. 209-20.
- BANKS, Lynne Reid. *Torn country: an Oral History of the Israeli War of Independence*. Nova York, Franklin Watts, 1982.
- BEININ, J.; HAJJAR, L. *Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict*. Middle East Research Institute. (Disponível em: http://merip.org/palestine-israel_primer/intro-pal-isr-primer.html).
- BEININ, J.; STORK, J. (ed.) *Political Islam: Essays from Middle East Report*. Londres / Nova York: I.B. Tauris Publishers, 1997.
- CAMARGO, A. et. al. *Oswaldo Aranha: a estrela da revolução*. São Paulo: Ed. Mandarim, 1996.
- CAREY, Roane (ed.). *The New Intifada: resisting Israel's apartheid*. Londres / Nova York: Verso, 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza T. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- CEDARLAND. *Lebanon History: The 1975-1990 War*. (<http://www.geocities.com/CapitolHill/Parliament/2587/war.htm>).

CHAMOUN, Camille. *Crise au Moyen-Orient*. Paris: Ed. Gallimard, 1963.

CHOMSKY, Noam. *The Fateful Triangle: the United States, Israel and the Palestinians*. Londres: Pluto Press, 1983.

———. “Middle East Terrorism and the American Ideological System”. In: SAID & HITCHENS (ed.). *Blaming the victims: spurious scholarship and the palestinian question*. Londres / Nova York: Verso, 1988, p. 97-148.

———. “Introduction”. In: CAREY, J. (ed.). *The New Intifada*. Londres / Nova York: Verso, 2001, p. 5-26.

DAVIS, John. *The Evasive Peace: A Study of the Zionist-Arab Problem*. Londres: John Murray, 1968.

DELEGAÇÃO ESPECIAL PALESTINA NO BRASIL. *A questão Jerusalém*. Brasília: Delegação Especial Palestina no Brasil, 1999.

DODD, C.H.; SALES, M. *Israel and the Arab World*. Londres: Routledge / Kegan Paul, 1970.

FERNEA, E.W.; HOCKING, M.E. (ed.). *The struggle for Peace: Israelis and Palestinians*. Austin: University of Texas Press, 1992.

FINKELSTEIN, Norman. *Image and Reality of the Israel-Palestine Conflict*. Londres: Verso, 1995.

———. *The Rise and Fall of Palestine: a personal account of the Intifada years*. Minneapolis / Londres: University of Minnesota Press, 1996.

FRIEDMAN, Thomas. *De Beirute a Jerusalém*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GARFINKLE, Adam. “Genesis”. In: RUBINSTEIN, Alvin. *The Arab-Israeli Conflict*. Nova York: Praeger Publishers, 1984, p. 1-39.

HOURLANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.

KAYYALI, A.W. *Histoire de la Palestine (1896-1940)*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1985.

KODMANI-DARWISH, B. *La diaspora palestinienne*. Paris: PUF, 1997.

KONOPNICK, M.; BEN RAFAEL, E. *Jérusalem*. Paris: PUF, 1987.

KURZMAN, Dan. *Genesis 1948: The First Arab-Israeli War*. Londres: Valentine/Mitchell, 1970.

L'AGENCE DE PRESSE QUATARIENNE. *Invasion et massacre*. Doha: L'agence de Presse Quatarienne, 1983.

LAQUEUR, Walther. *Historia del sionismo*. Jerusalém: La Semana Publicaciones, 1988.

LAWRENCE, T.E. *Os sete pilares da sabedoria*. Rio de Janeiro: Ed. Record, s.d.

LESSER, JEFFREY. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MAC BRIDE, S. *Israel in Lebanon*. Londres: The International Commission, 1983.

MACKAY, Runa. *Exile in Israel: a personal journey with the Palestinians*. Glasgow: Wild Goose Press, 1995.

MENUHIN, Moshe. *Judaísmo hoje: palestina, árabes e judeus*. Rio de Janeiro: Ed. Paralelo, 1969.

MEZEVINSKY, Norton. “O conflito do Oriente Médio”. In: MENUHIN et. al., *Judaísmo versus sionismo*. Rio de Janeiro: Delegação da Liga dos Estados Árabes, 1969, p. 101-37.

MORRIS, Benny. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MUSLIH, Muhammad. *The Origins of Palestinian Nationalism*. Nova York: Columbia University Press, 1988.

NEHER-BERNHEIM, Renée. *Histoire Juive: faits et documents - de la renaissance à nos jours*. Tome III: Le XX^{ème} Siècle. Paris: Ed. Klincksieck, 1973.

- NETTON, I.R. *A Popular Dictionary of Islam*. Londres: Curzon Press, 1992.
- PALESTINE ARAB REFUGEE OFFICE. *Persecution of the Arabs in Israel*. Nova York: The Palestine Arab Refugee Office, 1956.
- PALUMBO, Michael. *The Palestinian Catastrophe: the 1948 expulsion of a people of their homeland*. Londres: Faber & Faber, 1987.
- RABBANI, Mouin. "A Smorgasboard of Failure: Oslo and the Al-Aqsa Intifada". In: CAREY, J. (ed.). *The New Intifada*. Londres / Nova York: Verso, 2001, p. 69-90.
- RABINOVICH, Itamar. (a). "Seven wars and one peace treaty". In: RUBINSTEIN, Alvin Z. *The Arab-Israeli Conflict*. Nova York: Praeger Publishers, 1984, p. 41-67.
- RABINOVICH, Itamar. *The war for Lebanon, 1970-1985*. Ithaca / Londres, Cornell University Press, 1985.
- ROBINSON, Glenn. "The Peace of the Powerful". In: CAREY, J. (ed.). *The New Intifada*. Londres / Nova York: Verso, 2001, p. 111-24.
- ROGAN, Eugene; SHLAIM, Avi (ed.). *The War for Palestine: rewriting the history of 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ROY, Sara. "Decline and Disfigurement: The Palestinian Economy after Oslo". In: CAREY, J. (ed.). *The New Intifada*. Londres / Nova York: Verso, 2001, p. 91-110.
- RUBINSTEIN, Alvin Z. *The Arab-Israeli Conflict*. Nova York: Praeger Publishers, 1984.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- . *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. Londres: Vintage, 1997.
- SAID, E.W. & HITCHENS, C. (ed.). *Blaming the victims: spurious scholarship and the palestinian question*. Londres / Nova York: Verso, 1988.
- SALEM, Elie. *Violence and Diplomacy in Lebanon*. Londres, Tauris, 1995.
- SAYEGH, Faye. *Zionist colonialism in palestine*. Beirut, PLO Research Center, 1965.
- TALAL, H.B. *Palestinian Self-Determination*. Londres: Quartet Books, 1981.
- THE INSTITUTE FOR PALESTINE STUDIES / THE ARAB WOMEN'S INFORMATION COMMITTEE. *Who are the terrorists? Aspects of Zionist and Israeli Terrorism*. Beirut, The Institute For Palestine Studies / The Arab Women's Information Committee, 1972.
- TÜTSCHE, H.E. *Facets of Arab Nationalism*. Detroit, Wayne State University Press, 1965.
- ZUREIK, Elia T. *The Palestinians in Israel: a study in internal colonialism*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.